

Great
Place
To
Work®

Certificado

31/01/2018 - 31/01/2019

BRASIL

Demonstrações Contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2020

BancoDaycoval

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Daycoval S.A. (“Daycoval” ou “Banco”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2020. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados do Daycoval para o respectivo período.

Ao longo do primeiro semestre, a pandemia provocada pelo Novo Coronavírus não só representou um enorme desafio para a saúde pública como impôs testes inéditos de resiliência aos agentes econômicos. Em um cenário para o qual não havia fórmula pronta, o Banco Daycoval criou políticas de enfrentamento à pandemia que, tão cautelosas quanto assertivas, levaram a sólidos resultados no período.

A carteira de crédito ampliada totalizou R\$ 26,0 bilhões no fim de junho/2020, um volume 20,2% maior que o do primeiro semestre de 2019. As carteiras dos segmentos empresas, consignado e veículos cresceram 20,2%, 19,2% e 25,8%, respectivamente.

O índice de inadimplência superior a 90 dias ficou em 2% no fim do primeiro semestre de 2020, ou 0,3 ponto percentual acima do registrado nos primeiros seis meses do ano passado. O saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre a carteira de crédito classificada como E-H, por sua vez, encerrou o primeiro semestre de 2020 com 159,8% de cobertura.

O lucro líquido do Daycoval foi de R\$ 655,1 milhões no primeiro semestre de 2020, montante 73,0% maior que o do mesmo período de 2019, Retorno sobre PL Médio (ROAE) (% a.a.) de 33,5% contra 22,0% em 2019, Retorno s/ Ativos Médios (ROAA) (% a.a.) de 3,6%, enquanto o Índice de Eficiência, que historicamente tem permanecido abaixo de 30%, foi de 26,1% nos primeiros seis meses do ano.

Nas operações de crédito, o Daycoval adotou iniciativas específicas para o enfrentamento da pandemia. Em maio o Banco lançou uma linha de R\$ 1 bilhão de empréstimo emergencial destinada a empresas de pequeno e médio portes. As operações têm sido feitas de maneira totalmente virtual, uma inovação que vinha sendo desenvolvida pelo Banco há mais de um ano e foi implementada em plena pandemia.

E as medidas de ampliação do crédito já têm avançado no segundo semestre. Em julho/2020, o Daycoval obteve um empréstimo de US\$ 100 milhões, concedido pela IFC, instituição que integra o Grupo Banco Mundial, para oferecer linhas de financiamento de capital de giro a pequenas e médias empresas, inclusive empresas de propriedade de mulheres.

No cenário desafiador criado pela pandemia, o Banco também reforçou seus escudos de proteção. Em março/2020, no início da fase mais aguda da pandemia no Brasil, o Daycoval elevou para quase meio bilhão de reais suas provisões extras para empréstimos de liquidação duvidosa. Foi realizada provisão adicional de R\$ 154,3 milhões, o que elevou essa proteção para R\$ 444,5 milhões em 30.06.2020.

Em outra medida que atesta atuação com cautela – e também confiança no futuro –, o Banco subscreveu, no primeiro semestre de 2020, R\$ 290,0 milhões em letras financeiras com vencimento perpétuo; a primeira subscrição, em fevereiro de 2020, foi de R\$ 50,0 milhões, e a segunda, em abril de 2020, foi de R\$ 240,0 milhões. Os recursos foram aportados pelos próprios acionistas e passaram a compor o capital da instituição que, frente à deterioração das condições de mercado provocadas pela pandemia, optou por cancelar sua oferta pública inicial de ações, prevista para ocorrer em 2020.

O Daycoval atuou na luta contra a pandemia em algumas frentes. Com a campanha “Conexão do Bem Daycoval – Sua doação vale por 3”, o Banco triplicou as doações de máscaras reutilizáveis feitas por funcionários, clientes e parceiros. A iniciativa atingiu a meta de doação de 1 milhão de unidades, entregues em centros comunitários, postos de saúde e ações diretas com a população, em 200 diferentes localidades do país.

Entre as medidas de saúde voltadas a seus colaboradores, o Daycoval ampliou a adoção de regimes de trabalho remoto; funcionários que compõem grupos de risco passaram a atuar em home office por tempo indeterminado. Além disso, o Daycoval antecipou a campanha interna de vacinação contra a gripe H1N1 e criou equipes de revezamento no caso das atividades que não podiam ser cumpridas em trabalho remoto.

O primeiro semestre de 2020 foi diferente de qualquer outro vivido por esta geração. Não há parâmetros equivalentes. Mas, com os resultados alcançados no primeiro semestre de 2020, o Banco Daycoval reitera o acerto de uma estratégia presente em seus mais de 50 anos de existência: o equilíbrio entre cautela e visão de longo prazo, entre concessão de crédito e captação, entre serviços e apoio a nossos *stakeholders*. Foi essa a postura do Banco em crise anteriores e é assim que tem atuado em meio à pandemia. Essa estratégia – que é também um traço cultural do Banco – tem se mostrado acertada mais uma vez.

Sobre o Banco Daycoval

O Banco Daycoval S.A. é especializado no segmento de empréstimos, financiamentos e de leasing para empresas, com atuação relevante também no Varejo, com operações de crédito consignado, financiamento para veículos, câmbio turismo e investimentos.

No semestre findo em 30 de junho de 2020 o Daycoval, que tem sede em São Paulo - SP e conta com uma equipe de 2.347 profissionais, atingiu R\$ 26,0 bilhões de carteira de crédito ampliada, ativos totais de R\$ 40,2 bilhões e registrou lucro líquido de R\$ 655,1 milhões. Fruto de sua estratégia conservadora, o Banco tem obtido destaque por sua baixa alavancagem, elevada liquidez e desempenho que se traduz pelo Índice de Basileia III de 16,7%.

Principais Indicadores 2020

Principais Indicadores	1S20
Ativos Totais - R\$ milhões	40.221,3
Carteira de Crédito Ampliada - R\$ milhões	26.009,8
Captação Total - R\$ milhões	29.078,8
Lucro Líquido - R\$ milhões	655,1
Patrimônio Líquido - R\$ milhões	4.120,7
ROAE	33,5%
ROAA	3,6%
NIM	11,3%
Índice de Eficiência	26,1%
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	2,0%
Índice de Basileia III	16,7%
Colaboradores	2.347

Distribuição

Coerente com a proposta de crescer com diversificação, o Banco Daycoval possui atualmente 46 agências estabelecidas em 21 Estados, mais o Distrito Federal. O Daycoval conta ainda com uma agência nas Ilhas Cayman, que representa um instrumento essencial, tanto para a captação de recursos, quanto para a abertura de linhas comerciais e de relacionamento com bancos correspondentes.

No semestre findo em 30.06.2020, a IFP - Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda., empresa do Grupo Daycoval, promotora voltada para o fomento das operações com crédito consignado, respondeu por aproximadamente 31,3% da originação total das operações e por 51,0% das operações de INSS do Banco, sendo responsável pela maior produção dentre os nossos Correspondentes no País. A IFP conta com 40 lojas em todo o país e 499 funcionários. Para melhorar sua produtividade, a IFP também presta serviços para outras instituições financeiras.

O Daycoval Câmbio encerrou o primeiro semestre de 2020 com 175 pontos de atendimento. O Banco atua também por meio de parcerias com operadoras e agências de turismo, com o objetivo de facilitar o acesso aos clientes, oferecer maior flexibilidade para realizar suas operações e proporcionar atendimento rápido e seguro.

Rating

A classificação obtida pelo Banco Daycoval nos ratings comprova o baixo nível de risco e a solidez conquistada nas operações. As informações apuradas pelas respectivas agências são amplamente consideradas pelo mercado financeiro, mas não devem, para todos os efeitos, serem compreendidas como recomendação de investimento.

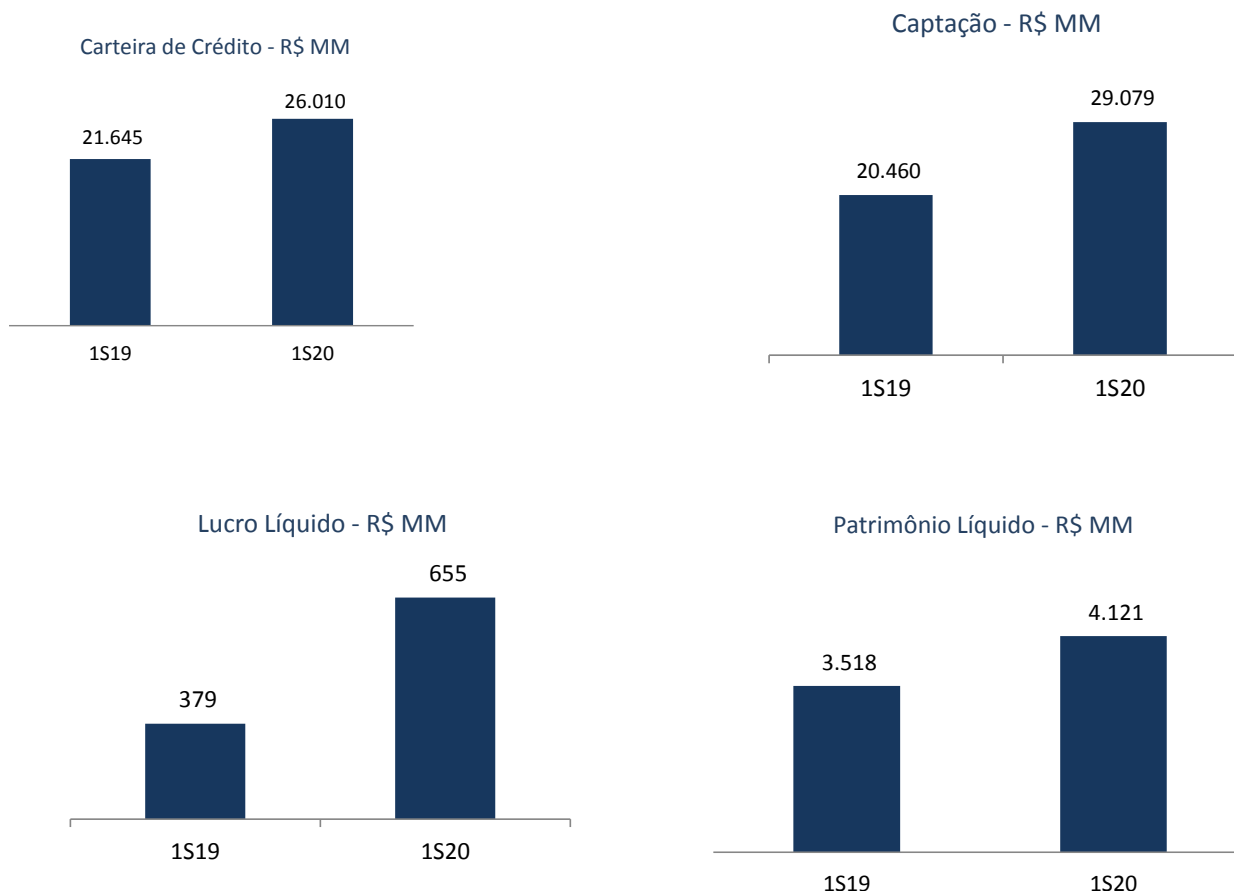
De acordo com os relatórios divulgados, os ratings refletem o entendimento das agências sobre o Banco Daycoval: i) Ba2 em escala global pela Moody's com perspectiva "estável"; ii) BB- pela Fitch Ratings com perspectiva "negativa"; iii) BB- pela Standard&Poor's com perspectiva "estável" e; iv) pela RISKbank – BRLP3 – Baixo Risco para Longo Prazo (até 5 anos), muito seguro.

Desempenho Operacional e Financeiro

A instituição manteve o foco no equilíbrio dos recursos captados, seja por meio do alongamento das operações, seja por meio da sólida expansão de sua base de clientes, composta tanto por pessoas físicas, quanto por pessoas jurídicas, alinhado com a evolução da carteira de crédito, sempre buscando o casamento de ativos e passivos e a eficiência no custo.

Durante o primeiro semestre de 2020 a captação evoluiu 42,1% enquanto a carteira ampliada crédito cresceu 20,2%. O Banco realizou diversas operações novas de captação nesse período, como: Emissão de Letras Financeiras Garantidas no montante de R\$ 2,4 bilhões dentro do programa do Banco Central do Brasil, Novo DPGE e DPGE DI (Depósito a prazo com garantia especial) no montante de R\$ 435,5 milhões, emissões de Letras Financeiras Perpétuas no montante de R\$ 290,0 milhões, sendo essas realizadas com recursos dos acionistas e incremento de captação de CDBs, LCI e LCAs junto aos nossos clientes PJs e PFs.

A carteira de crédito encerrou o primeiro semestre de 2020 com saldo de R\$ 26,0 bilhões, 20,2% superior ao mesmo período de 2019. O segmento de crédito para empresas, principal negócio do Banco, cresceu 20,2% em 12 meses.



O lucro líquido alcançou R\$ 655,1 milhões no primeiro semestre de 2020, 73,0% superior ao mesmo período de 2019. No semestre findo em 30 de junho de 2020 o Índice de Eficiência registrou 26,1%, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 33,5%a.a., o Retorno sobre os Ativos Médios (ROAA) foi de 3,6% a.a. e a Margem Financeira (NIM) foi de 11,3% a.a.

Remuneração de Acionistas

No semestre findo em 30 de junho de 2020 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 89,8 milhões, o que corresponde a um “*dividend payout*” de 13,7% no período.

Governança Corporativa

O Banco Daycoval adota uma política de gestão corporativa alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e com as melhores práticas de mercado. O Banco busca frequentemente aprimorar seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus públicos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução 3.198 de 27 de maio de 2004 do Conselho Monetário Nacional é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco, pela avaliação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, da atuação e qualidade da auditoria interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco.

Gestão Integrada de Riscos e de Capital

O Banco entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor ao Banco, acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. Por isso, realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, socioambiental e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações. O Daycoval adota medidas preventivas e atua de forma contínua no aprimoramento de suas políticas de riscos e sistemas de controles internos para evitar ou minimizar ao máximo a exposição aos riscos. O Banco conta com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos alinhada aos objetivos estratégicos da instituição, por meio de sua Declaração de Appetite ao Risco (RAS) e, com estrutura de gerenciamento de capital, capacitadas a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Conta ainda com comitês e reportes periódicos das áreas envolvidas de forma a garantir a adequada gestão de riscos e uma governança eficiente.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional, do Risco de Conformidade, Risco Socioambiental, Risco de Mercado e Liquidez, Risco de Crédito e de Gerenciamento de Capital é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, Diretoria de Riscos, Comitê Integrado de Riscos e Capital e seus respectivos Comitês.

Mais informações sobre Gestão de Riscos do Banco e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da regulamentação vigente, podem ser obtidas no endereço eletrônico:

www.daycoval.com.br/ri

Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Daycoval, uma força se destaca: as pessoas. Ter uma equipe engajada é fator decisivo para tornar o Daycoval uma das melhores empresas para se trabalhar, certificado pela Great Place to Work sendo um dos nossos princípios acreditar que o capital humano é fundamental para um bom desempenho dos negócios. Desta forma, investe continuamente na capacitação e no bem-estar de seus colaboradores. Para estimulá-los, o Banco proporciona oportunidades de aprendizado, adoção de práticas éticas e não discriminatórias, manutenção de um ambiente de trabalho agradável e de alta produtividade e com remuneração justa.

Em 30 de junho de 2020, o Banco dispunha de uma equipe talentosa e engajada de 2.347 profissionais. Estamos crescendo, bom para o negócio e bom para as pessoas, pois mais oportunidades e novos desafios são apresentados a todos.

Dentre as principais iniciativas voltadas ao desenvolvimento contínuo, destaca-se o Programa Daycoeduca, que oferece bolsas de estudo para Graduação, Pós-Graduação ou MBA. Atualmente

são 87 colaboradores no programa. No seu histórico, já foram 350 colaboradores contemplados com esta estratégia de desenvolvimento.

Atualmente 80% do nosso quadro de colaboradores já teve algum contato com o ensino superior. No 1º semestre de 2020 foram realizadas 22.585 horas de treinamento envolvendo 390 colaboradores, abrangendo programas nas áreas de informática, prevenção à lavagem de dinheiro, sustentabilidade, custódia, processos internos, certificações e gerenciamento de riscos. Como parte do projeto "Em Busca da Excelência", no âmbito do pilar Conhecimento, são oferecidos cursos especiais para gestores sobre liderança e palestras educacionais com temas ligados a produtos e serviços financeiros, finanças pessoais, entre outros. Desenvolver nossos colaboradores para os desafios de hoje e prepará-los para o amanhã é uma das estratégias de gestão de pessoas adotada.

Durante a Pandemia, a Academia Daycoval, plataforma de e-learning, foi ativada com uma diversidade de cursos e vídeos para dar apoio ao momento que se apresenta. Cursos relacionados ao autoconhecimento, ao trabalho em casa, a conhecimentos técnicos e novas competências foram temas colocados à disposição, além de vídeos para alongamento, respiração e meditação. A ginástica laboral passou a ser *live*. Só na Academia foram realizados 5.339 acessos, envolvendo 391 colaboradores em apenas 2 meses.

A Diretoria Executiva aproveitou a carona da nova plataforma de comunicação e todo mês fala com todos os colaboradores e responde perguntas e curiosidades. Esta é uma estratégia importante quando falamos de engajamento e alinhamento.

O Banco conta com equipe qualificada e busca sempre profissionais dispostos a enfrentar desafios. Reconhece o potencial dos profissionais, oferecendo desenvolvimento e crescimento profissional e pessoal. Nossos colaboradores estão distribuídos em 63% de geração Y, 34% de X e aproximadamente 2% de Baby Boomers. O Programa de Estágio está captando mais e mais jovens com potenciais, pois é preciso criar um *pipeline* de talentos para o crescimento que está projetado.

O Banco também é integrante do programa Jovem Aprendiz por intermédio de convênio com a ESPRO (Ensino Social Profissionalizante), além de oferecer programas de assistência social e ginástica laboral. Para o bem-estar dos colaboradores e seus familiares são realizadas campanhas de vacinação, cursos que envolvem ações de saúde, vida social e apoio pessoal. Adicionalmente, buscando maior incentivo à qualidade de vida são promovidas aulas de música gratuitas e treinamento de corrida.

Sustentabilidade

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelas ações ligadas à pandemia da Covid-19. O Banco lançou a campanha Conexão do Bem Daycoval que alcançou a meta de um milhão de máscaras reutilizáveis ajudando comunidades vulneráveis e contribuindo para manter empregos. Foram cerca de mil doações, realizadas por funcionários, clientes e parceiros. O Banco multiplicou essas doações e investiu cerca de R\$ 2 milhões para alcançar a meta. Cerca de 200 localidades em 18 cidades foram beneficiadas com as máscaras, entregues em centros comunitários, postos de saúde e ações diretas com a população chegando até aldeias indígenas. Além dos beneficiados com os itens, a campanha procurou envolver empresas que readaptaram suas linhas de produção para fabricar o equipamento de proteção e puderam reativar máquinas que estavam ociosas.

O Banco também participou da doação de alimentos chegando a cinco toneladas distribuídas em Salvador e nas regiões atendidas pela Organização Amigos do Bem, além de 4 mil refeições no litoral paulista.

Desde o início dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil, o Banco implementou medidas rígidas em seus escritórios para evitar o contágio entre seus funcionários, clientes e fornecedores. Seus colaboradores foram equipados tecnologicamente e cerca de 80% do quadro de funcionários trabalham remotamente e 20% em sistema de rodízio.

Todas as atividades realizadas pelo Banco Daycoval são pensadas de acordo com o *triple bottom-line* da Sustentabilidade: perenidade financeira, respeito ambiental e responsabilidade social.

O Banco Daycoval faz uso, também, de um questionário focado em Sustentabilidade na avaliação de suas operações de crédito para empresas, abrangendo perguntas relativas a temas socioambientais e gerais, além da consideração de aspectos cadastrais, econômicos e financeiros. Os prazos da operação, rentabilidade e garantia oferecida são compatíveis com a análise do risco.

Por fim, por intermédio de leis de incentivo fiscal o Banco investiu, no primeiro semestre de 2020, cerca de R\$ 1,1 milhão de reais na promoção de iniciativas culturais, educação e ações de incentivo à qualidade de vida.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2020, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Banco que não sejam o de auditoria externa.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Agradecimentos

A Administração do Banco Daycoval S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 05 de agosto de 2020.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho do Banco Daycoval, acesse o endereço www.daycoval.com.br/ri

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Referência nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.967.482	2.585.577	5.981.865	2.592.027
Reservas no Banco Central do Brasil	5	95.358	67.220	95.358	67.220
Relações interfinanceiras		4.606	1.288	4.606	1.288
Instrumentos financeiros		31.355.028	29.457.856	32.194.683	30.217.951
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	2.808.725	3.328.967	2.073.199	2.651.429
Títulos e valores mobiliários	7	3.003.031	1.672.743	3.263.080	1.906.558
Derivativos	8	1.482.091	149.784	1.482.091	149.784
Carteira de crédito					
Operações de crédito	9	17.398.698	16.934.078	17.554.706	17.083.532
Arrendamento mercantil	9	-	-	1.150.083	1.050.561
Outros créditos com características de concessão de crédito	9	4.115.881	5.927.721	4.124.922	5.931.524
Carteira de câmbio	10	2.546.602	1.444.563	2.546.602	1.444.563
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(1.351.483)	(1.273.120)	(1.369.218)	(1.294.579)
Operações de crédito		(1.251.727)	(1.116.983)	(1.253.710)	(1.118.655)
Operações de arrendamento mercantil		-	-	(15.707)	(19.787)
Outros créditos diversos		(99.756)	(156.137)	(99.801)	(156.137)
Créditos tributários	19.c	1.369.910	1.307.461	1.382.962	1.319.417
Devedores por depósitos em garantias de contingências	18.c	1.408.314	1.308.577	1.411.269	1.311.097
Fiscais		1.362.795	1.270.531	1.362.795	1.270.531
Cíveis		36.779	29.357	36.779	29.387
Trabalhistas		8.740	8.689	11.630	11.011
Outros		-	-	65	168
Outros créditos		214.055	300.619	248.607	348.309
Rendas a receber		22.219	20.373	23.524	19.287
Negociação e intermediação de valores		455	3.756	455	3.756
Diversos	11	191.381	276.490	224.628	325.266
Outros valores e bens	12	138.322	134.065	138.478	134.132
Bens não de uso próprio		128.996	117.161	129.147	117.229
(Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio)		(12.723)	(8.337)	(12.723)	(8.338)
Despesas pagas antecipadamente		22.049	25.241	22.054	25.241
Investimentos		1.374.038	1.312.983	59.760	74.999
Participações em controladas	14	1.370.545	1.310.097	-	-
Outros investimentos		3.493	2.886	59.760	74.999
Imobilizado de uso	15	65.603	67.916	72.523	72.809
Outras imobilizações de uso		107.404	104.537	117.399	112.302
(Depreciações acumuladas)		(41.801)	(36.621)	(44.876)	(39.493)
Intangível		-	-	365	346
TOTAL DO ATIVO		40.641.233	35.270.442	40.221.258	34.845.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Referência nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Instrumentos financeiros		33.632.950	28.312.100	33.032.766	27.710.619
Depósitos	16.a	9.654.009	8.395.334	9.590.877	8.319.941
Operações compromissadas	16.a	1.828.932	2.517.947	1.828.932	2.517.947
Emissões de títulos	16.a	15.360.572	12.629.252	14.823.520	12.103.164
No Brasil		12.950.087	11.217.709	12.413.035	10.691.621
No Exterior		2.410.485	1.411.543	2.410.485	1.411.543
Obrigações por empréstimos	16.a	4.025.984	3.462.187	4.025.984	3.462.187
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	16.a	183.935	225.216	183.935	225.216
Dívidas subordinadas	16.a	454.440	158.095	454.440	158.095
Derivativos	8	43.952	106.267	43.952	106.267
Carteira de câmbio	10	2.081.126	817.802	2.081.126	817.802
Relações interfinanceiras e interdependências		106.624	144.878	106.624	144.878
Obrigações		379.109	736.904	401.207	777.638
Sociais e estatutárias	17.a	92.823	207.445	94.322	209.557
Fiscais e previdenciárias	17.b	286.286	529.459	306.885	568.081
Provisões para riscos	18	1.812.802	1.775.044	1.827.589	1.789.434
Fiscais		1.589.302	1.530.665	1.589.642	1.530.665
Cíveis		156.336	184.760	156.849	185.247
Trabalhistas		67.164	59.619	81.098	73.522
Provisão para garantias financeiras prestadas	9	32.364	25.007	32.364	25.007
Obrigações fiscais diferidas	19.c	338.123	229.921	388.222	266.897
Outras obrigações		182.134	314.597	231.902	352.635
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		11.951	8.988	11.951	9.004
Negociação e intermediação de valores		210	2.625	210	2.625
Diversas	17.c	169.973	302.984	219.741	341.006
Resultado de exercícios futuros		36.386	36.832	78.816	81.734
Participação de minoritários		-	-	1.027	1.015
Patrimônio líquido	20	4.120.741	3.695.159	4.120.741	3.695.159
Capital social		3.557.260	2.253.595	3.557.260	2.253.595
Reservas de capital		279	1.142	279	1.142
Reservas de lucros		32.753	1.427.789	32.753	1.427.789
Outros resultados abrangentes		(2.073)	12.633	(2.073)	12.633
Lucros acumulados		532.522	-	532.522	-
TOTAL DO PASSIVO		40.641.233	35.270.442	40.221.258	34.845.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.802.828	1.896.068	3.880.809	1.977.480
Carteira de crédito	21.a	2.052.029	1.738.593	2.138.126	1.817.690
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21.b	1.639.262	(32.318)	1.638.340	(21.823)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.c	85.293	125.658	71.753	112.364
Câmbio	21.d	24.344	62.789	30.690	67.903
Venda ou transferência de ativos financeiros		1.900	1.346	1.900	1.346
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.091.092)	(571.728)	(2.078.806)	(548.810)
Depósitos interfinanceiros e a prazo	21.e	(140.331)	(153.040)	(139.008)	(150.829)
Emissões de títulos no Brasil e no exterior	21.e	(891.509)	(392.765)	(880.546)	(372.058)
Obrigações por empréstimos e repasses	21.f	(1.059.252)	(25.923)	(1.059.252)	(25.923)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.711.736	1.324.340	1.802.003	1.428.670
DESPESAS COM PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	9.e	(257.071)	(336.185)	(259.837)	(342.053)
Carteira de crédito		(214.388)	(277.075)	(217.108)	(282.943)
Outros créditos		(35.326)	(63.364)	(35.372)	(63.364)
Avais e fianças		(7.357)	4.254	(7.357)	4.254
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.454.665	988.155	1.542.166	1.086.617
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		(388.158)	(417.407)	(446.984)	(487.723)
Receitas de prestação de serviços		98.651	89.776	106.981	96.950
Receitas de operações com seguros		-	-	165	1.315
Despesas de pessoal	21.g	(203.829)	(172.034)	(231.129)	(194.952)
Outras despesas administrativas	21.h	(256.927)	(252.942)	(254.080)	(246.117)
Despesas tributárias	19.a.ii	(84.300)	(69.689)	(95.552)	(80.620)
Resultado de participação em controladas	14.a	62.221	47.135	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	21.i	(811)	(19.756)	30.507	(21.853)
Despesas de depreciação e amortização		(5.318)	(5.186)	(5.633)	(5.308)
Despesas com provisões para riscos					
Fiscais		(18.726)	(38.435)	(19.065)	(38.435)
Cíveis		28.426	10.409	28.399	10.409
Trabalhistas		(7.545)	(6.685)	(7.577)	(9.112)
RESULTADO OPERACIONAL		1.066.507	570.748	1.095.182	598.894
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(5.796)	3.429	(3.932)	3.420
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.060.711	574.177	1.091.250	602.314
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.a.i	(349.724)	(155.233)	(378.666)	(181.646)
Provisão para imposto de renda		(173.525)	(122.050)	(178.241)	(142.494)
Provisão para contribuição social		(122.872)	(74.545)	(135.065)	(85.158)
Ativo (passivo) fiscal diferido		(53.327)	41.362	(65.360)	46.006
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		(55.924)	(40.196)	(57.506)	(41.909)
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		-	-	(15)	(11)
LUCRO LÍQUIDO		655.063	378.748	655.063	378.748
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	20.f				
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - BÁSICO					
Ações ordinárias		0,3465	0,2003	0,3465	0,2003
Ações preferenciais		0,3465	0,2003	0,3465	0,2003
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - DILUÍDO					
Ações ordinárias		0,3465	0,2003	0,3465	0,2003
Ações preferenciais		0,3465	0,2003	0,3465	0,2003
MÉDIA PONDERADA DE QUANTIDADE DE AÇÕES - BÁSICA					
Ações ordinárias		1.323.471.042	1.323.471.042	1.323.471.042	1.323.471.042
Ações preferenciais		567.201.876	567.201.876	567.201.876	567.201.876
MÉDIA PONDERADA DE QUANTIDADE DE AÇÕES - DILUÍDA					
Ações ordinárias		1.323.471.042	1.323.471.042	1.323.471.042	1.323.471.042
Ações preferenciais		567.201.876	567.201.876	567.201.876	567.201.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)**

	Banco e Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO	655.063	378.748
Outros resultados abrangentes	(14.706)	7.361
Atribuídos ao Controlador	(16.833)	6.342
Atribuídos a empresas controladas	(5.447)	2.613
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial		
Atribuídos ao Controlador	7.574	(1.594)
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	640.357	386.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)**

	Referência nota explicativa	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Reservas especiais de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
					Legal	Estatutárias				
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		2.253.595	-	1.142	254.751	1.047.772	125.266	12.633	-	3.695.159
Aumento de capital	20.b	-	1.303.665	(1.142)	(254.751)	(1.047.772)	-	-	-	-
Aumento de capital - homologado pelo BACEN	20.b	1.303.665	(1.303.665)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes ao valor de mercado -										
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	(14.706)	-	(14.706)
Atualização de títulos patrimoniais		-	-	279	-	-	-	-	-	279
Dividendos adicionais propostos	20.d.iii	-	-	-	-	-	(125.266)	-	-	(125.266)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	655.063	655.063
Destinações:										
Reserva legal	20.e	-	-	-	32.753	-	-	-	(32.753)	-
Juros sobre o capital próprio	20.d.ii	-	-	-	-	-	-	-	(89.788)	(89.788)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020		3.557.260	-	279	32.753	-	-	(2.073)	532.522	4.120.741
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		2.253.595	-	-	203.739	775.687	-	4.017	-	3.237.038
Ajustes ao valor de mercado -										
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	7.361	-	7.361
Atualização de títulos patrimoniais		-	-	1.142	-	-	-	-	-	1.142
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	378.748	378.748
Destinações:										
Reserva legal	20.e	-	-	-	18.937	-	-	-	(18.937)	-
Juros sobre o capital próprio	20.d.ii	-	-	-	-	-	-	-	(106.290)	(106.290)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019		2.253.595	-	1.142	222.676	775.687	-	11.378	253.521	3.517.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO	655.063	378.748	655.063	378.748
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO				
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciações e amortizações	5.318	5.186	5.633	5.308
Impostos diferidos	53.327	(41.362)	65.360	(46.006)
Provisão para riscos	37.758	68.339	38.155	71.175
Provisão para avais e fianças concedidos	7.357	(4.254)	7.357	(4.254)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	310.862	314.370	317.662	310.760
Provisão para arrendamentos mercantis de liquidação duvidosa	-	-	(4.080)	6.260
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(61.148)	26.069	(61.102)	29.287
Provisão para outros créditos diversos	4.766	-	4.766	(2.226)
Provisão para perdas em outros valores e bens	4.386	336	4.385	324
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(93.708)	(22.508)	(93.708)	(22.508)
Resultado na alienação de ativo permanente	5.001	400	4.956	433
Resultado de participações em controladas e coligadas	(62.221)	(47.135)	-	-
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO	211.698	299.441	289.384	348.553
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	866.761	678.189	944.447	727.301
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	1.136.399	979.546	1.069.139	901.226
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(239.714)	(221.471)	(181.729)	(123.001)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.743.567)	625.364	(2.706.525)	652.835
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e Reservas no Banco Central	(69.710)	(11.769)	(69.710)	(11.769)
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(636.082)	(1.330.622)	(724.779)	(1.445.587)
(Aumento) Redução em outros créditos	690.604	(512.188)	700.546	(571.726)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(8.643)	(16.250)	(8.732)	(16.792)
Aumento (Redução) em depósitos	1.258.675	1.475.344	1.270.934	1.465.751
Aumento (Redução) em operações compromissadas	70.944	45.566	70.944	45.566
Aumento (Redução) em emissões de títulos	1.966.111	855.398	1.955.147	801.646
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(35.520)	(47.340)	(35.520)	(47.340)
Aumento (Redução) em outras obrigações	1.301.906	194.886	1.238.647	245.337
Imposto de renda e contribuição social pagos	(418.159)	(67.712)	(437.166)	(73.460)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(446)	(9.660)	(2.918)	(20.234)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.003.160	1.657.735	2.013.586	1.628.527
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado de uso	(3.125)	(1.539)	(5.618)	(1.956)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.125)	(1.539)	(5.618)	(1.956)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	765.209	151.509	765.209	180.901
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	513.493	(677.908)	513.493	(677.908)
Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	296.345	5.567	296.345	5.567
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(286.885)	(54.794)	(286.885)	(54.794)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.288.162	(575.626)	1.288.162	(546.234)
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	93.708	22.508	93.708	22.508
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.381.905	1.103.078	3.389.838	1.102.845
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	2.585.577	2.166.296	2.592.027	2.167.735
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	5.967.482	3.269.374	5.981.865	3.270.580
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.381.905	1.103.078	3.389.838	1.102.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)**

	Banco		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
RECEITAS	3.639.956	1.598.621	3.756.458	1.677.917
Receitas da intermediação financeira	3.802.828	1.896.068	3.880.809	1.977.480
Receitas de prestação de serviços	98.651	89.776	106.981	96.950
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(257.071)	(336.185)	(259.837)	(342.053)
Outras	(4.452)	(51.038)	28.505	(54.460)
DESPESAS	(2.091.092)	(571.728)	(2.078.806)	(548.810)
Despesas da intermediação financeira	(2.091.092)	(571.728)	(2.078.806)	(548.810)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(249.198)	(245.204)	(245.963)	(235.077)
Materiais, energia e outros insumos	(48.027)	(44.306)	(51.107)	(49.421)
Serviços de terceiros	(201.171)	(200.898)	(194.856)	(185.860)
Recuperação de valores ativos	-	-	-	204
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.299.666	781.689	1.431.689	894.030
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(5.318)	(5.186)	(5.633)	(5.308)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO / CONSOLIDADO	1.294.348	776.503	1.426.056	888.722
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	62.221	47.135	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	62.221	47.135	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.356.569	823.638	1.426.056	888.722
DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO	1.356.569	823.638	1.426.056	888.722
PESSOAL	227.261	185.363	252.216	206.650
Remuneração direta	134.079	113.404	151.121	127.634
Benefícios	86.162	65.992	92.973	72.101
FGTS	7.020	5.967	8.122	6.915
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	466.516	251.790	510.636	292.477
Federais	459.518	244.373	498.232	280.520
Estaduais	604	441	652	475
Municipais	6.394	6.976	11.752	11.482
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	7.729	7.737	8.126	10.836
Aluguéis	7.729	7.737	8.126	10.836
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	655.063	378.748	655.063	378.748
Juros sobre o capital próprio	89.788	106.290	89.788	106.290
Lucros retidos	565.275	272.458	565.260	272.447
Participação dos minoritários não controladores	-	-	15	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Daycoval S.A. ("Banco" ou "Daycoval") é uma sociedade anônima de capital aberto, que está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento e, por meio de suas subsidiárias diretas e indiretas, atua também na carteira de arrendamento mercantil, administração de recursos de terceiros, seguro de vida e previdência e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, atuando no mercado de forma integrada.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação

As Demonstrações Contábeis do Banco, incluindo sua dependência no exterior, e as Demonstrações Contábeis Consolidadas, que incluem entidades controladas direta e indiretamente e fundos de investimento nos quais existe a retenção de riscos e benefícios, aprovadas pela Administração em 05 de agosto de 2020, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.720/19 e na Circular BACEN nº 3.959/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações financeiras seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações financeiras semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido e as notas explicativas.

A divulgação das Demonstrações Contábeis, de forma comparativa, passa a ser apresentada da seguinte forma: (i) o balanço patrimonial ao final do período corrente deve ser comparado com o balanço patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior; (ii) as demais demonstrações devem ser comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e (iii) as notas explicativas necessárias para o correto entendimento devem ser apresentadas de forma comparativa, quando relevantes para a compreensão do conjunto das demonstrações do período.

O Daycoval adota critérios de apresentação em suas demonstrações contábeis, com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações e observando os critérios de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.720/19, e normativas complementares, em vigor desde 1º de janeiro de 2020, para os quais destacamos:

Balanço patrimonial

- i Adoção do novo formato de apresentação das demonstrações contábeis estabelecido pela Resolução CMN nº 4.720/2019, com a apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem segregação entre circulante e não circulante. As aberturas por prazo de realização e exigibilidade para os grupos de ativos e passivos relevantes, estão apresentadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis, conforme opção prevista no Artigo 5º da Circular BACEN nº 3.959/19.
- ii Apresentação da rubrica de caixa e equivalentes de caixa com a consolidação das seguintes rubricas contábeis: (i) disponibilidades; (ii) aplicações no mercado aberto - posição bancada; e (iii) aplicações e moedas estrangeiras. Os ativos financeiros apresentados nesta rubrica possuem vencimento em até 90 dias após a data das demonstrações contábeis.
- iii Apresentação do total de Reservas no Banco Central do Brasil.
- iv Apresentação da rubrica "Instrumentos financeiros", ativos e passivos.
- v Carteira de crédito:
 - Operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, o que resulta na apresentação destas operações a valor presente, com a eliminação das rubricas de imobilizado de arrendamento e de valor residual garantido (VRG);
 - Compra de direitos creditórios, reclassificados da rubrica de "Ativos - Diversos" para a rubrica de "Outros créditos diversos".

- vi Apresentação das rubricas de "Créditos tributários" e "Devedores por depósitos em garantias de contingências" segregadas da rubrica de "Outros créditos - diversos", bem como das rubricas de "Obrigações fiscais diferidas" e de "Provisões para riscos" segregadas das rubricas de "Fiscais e Previdenciárias" e de "Outras obrigações", respectivamente.
- vii O Daycoval passou a apresentar as operações da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT em uma única linha do ativo, incluída na rubrica de "Prêmios de seguros a receber" em Outros créditos - Diversos.

Demonstrações do Resultado

- i A receita de operações de crédito passa a ser composta: (i) pelo resultado das operações de arrendamento mercantil e pela receita de compra de direitos creditórios, esta última anteriormente classificada na rubrica de "Outras receitas operacionais"; e (ii) adiantamentos sobre contratos de câmbio, reclassificados da rubrica "Operações de Câmbio", exceto as receitas e despesas decorrentes das diferenças de taxas incidentes sobre os montantes representativos de moedas estrangeiras, apresentadas como resultado de "Câmbio".
- ii Destaque para o resultado de intermediação financeira antes da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- iii As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa passam a abranger provisões para outros créditos incorporadas à Carteira de Crédito Ampliada e para as operações de Garantias Financeiras prestadas.
- iv Outras receitas e despesas operacionais passam a ser apresentadas em rubrica única.
- iv Apresentação destacada das rubricas de "Despesas de depreciação e amortização" e "Despesas com provisões para riscos" que, anteriormente, eram apresentadas na rubrica de "Despesas operacionais".
- v Apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente, em sequência à Demonstração do Resultado.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis em bases comparáveis, os saldos e resultados decorrentes dos critérios adotados neste período foram reclassificados nas demonstrações dos períodos anteriores. A reclassificação dos valores contábeis dos ativos, passivos e resultado por conta do novo formato de apresentação não alteraram os totais de ativos e passivos, patrimônio líquido e lucro líquido referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 30 de junho de 2019.

b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.720/19
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.636/18
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ⁽¹⁾	4.748/19

(1) A Resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração do Banco na sua gestão.

c) Consolidação

No processo de consolidação das Demonstrações Contábeis, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e fundos de investimento adquirido com retenção substancial de riscos e benefícios, foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente às participações de acionistas minoritários.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas abrangem o Banco e as seguintes entidades:

	% de Participação	
	30/06/2020	31/12/2019
Arrendamento Mercantil		
Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing")	100,00	100,00
Atividade Financeira - Dependência no Exterior		
Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch	100,00	100,00
Atividade de Seguros e Previdência Complementar		
Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev")	97,00	97,00
Não Financeiras		
ACS Participações Ltda. ("ACS")	99,99	99,99
Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. ("Daycoval Asset")	99,99	99,99
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda. ("IFP")	99,99	99,99
SCC Agência de Turismo Ltda. ("SCC")	99,99	99,99
Treetop Investments Ltd. ("Treetop")	99,99	99,99
Fundos de Investimento		
Multigestão Renda Comercial Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("Fundo") ⁽¹⁾	68,10	68,10

(1) Conforme Art. 4º da Resolução CMN nº 4.280/13, os fundos de investimento nos quais o Daycoval, sob qualquer forma, assumiu ou retenha substancialmente riscos e benefícios devem ser consolidados nas Demonstrações Contábeis da instituição controladora. Para fins de comparabilidade dos saldos apresentados, realizamos a consolidação do Fundo nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2019.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional, de apresentação, transações em moedas estrangeiras e equivalência patrimonial de entidades sediadas no

i Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações Contábeis do Daycoval, estão apresentadas em Reais (R\$), sendo esta a sua moeda funcional e de apresentação. Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.524/16 o Daycoval definiu que a moeda funcional e de apresentação para cada uma de suas controladas direta e indiretamente, incluindo entidades sediadas no exterior, também será em Reais (R\$).

ii Conversão das transações em moeda estrangeira

Caso as investidas no exterior realizem transações em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, estas transações serão convertidas aplicando-se as taxas de câmbio do respectivo balancete ou balanço para os itens monetários, ativos e passivos avaliados a valor justo e para os itens não classificados como monetários.

iii Equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior

A equivalência patrimonial das entidades sediadas no exterior, cuja moeda funcional está definida no item "i" acima, é reconhecida diretamente nas demonstrações de resultado do Daycoval na rubrica de "Resultado de equivalência patrimonial".

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.720/19, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial.

A composição do Caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Instrumentos financeiros

i Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição das Aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na Nota 6.

ii Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada por Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 podendo ser classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor justo (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.
- As bonificações oriundas das aplicações em ações de companhias abertas são registradas na carteira de títulos e valores mobiliários apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, oriundos das aplicações em ações de companhias abertas, são contabilizados como receita quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.

A composição e a classificação dos Títulos e valores mobiliários, estão apresentadas na Nota 7.a e 7.b.

iii Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações com opções, a termo, de mercado futuro e de swap, e são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:

- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados ao valor justo na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou no passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizados como redução ou aumento do custo do ativo objeto das opções, pelo seu efetivo exercício, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.
- Operações de futuro - os valores dos ajustes diários são registrados ao valor justo na rubrica de "Negociação e intermediação de valores" no ativo ou no passivo e apropriados diariamente ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações de swap e termo de moeda ("NDF") - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor justo na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou no passivo, respectivamente e apropriado ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).

- Operações a termo de mercadorias - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustado ao valor justo, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor justo, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de hedge e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

A composição dos Instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais de ativos e passivos e em contas de compensação, está apresentada na Nota 8.

iv Mensuração do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor de liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferentes dos valores estimados.

e) Operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos

Operações de arrendamento mercantil são reclassificadas com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao seu nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em complemento aos níveis mínimos de provisão mencionados na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, o Daycoval constitui também provisão para risco de crédito adicional, calculada com base em metodologia de avaliação e monitoramento de risco de crédito periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são constituídas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em conformidade com normas e instruções emanadas pelo CMN e Bacen.

Ainda conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, as operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebida e as operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação por 180 dias quando, então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que se encontravam classificadas na data de sua renegociação. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes e observáveis justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, são mensurados pelo seu custo amortizado.

A composição das operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, bem como da provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos, estão apresentadas na Nota 9.

f) Baixa de ativos financeiros

A baixa de um ativo financeiro, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro que deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada, utilizando-se como metodologia a comparação da exposição do Daycoval, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

g) Operações de câmbio (ativas e passivas)

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais auferidas em base "pro-rata" dia.

A composição das operações de câmbio (ativas e passivas) está apresentada na Nota 10.

h) Operações com seguros

As operações da Seguradora Líder são apresentadas em uma única linha do ativo, em uma rubrica intitulada "Prêmios de seguros a receber", proporcionalmente à participação na entidade, em consonância com as alterações normativas advindas da Circular SUSEP nº 595/2019, que revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSP nº 517/2015, que previam a apresentação linha a linha dos ativos e passivos do Consórcio proporcionalmente à participação da consorciada.

O total de "Prêmios de seguros a receber", monta R\$19 (R\$2.558 em 31 de dezembro de 2019).

i) Despesas pagas antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente referentes às comissões pagas aos correspondentes bancários são controladas por contrato e foram reconhecidas como despesa na rubrica de "Outras despesas administrativas".

As demais despesas pagas antecipadamente, referentes às despesas de emissão de títulos, no Brasil ou no exterior, bem como aquelas relacionadas às captações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), são reconhecidas "pró-rata temporis" de acordo com o prazo de vigência destas captações.

As despesas pagas antecipadamente estão apresentadas na Nota 12.

j) Participações em controladas

As participações em empresas controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e aplicado a todas as coligadas em que o Banco tenha influência significativa. Entende-se por influência significativa, a participação de 20% ou mais do capital votante.

A composição das participações em controladas está apresentada na Nota 14.

k) Outros investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

l) Imobilizado de uso

É reconhecido com base em seu custo de aquisição, mensalmente ajustado por suas respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% ao ano; sistemas de transporte - 10% e 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

A composição do imobilizado de uso está apresentada na Nota 15.

m) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (impairment)

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de “Outros valores e bens” e de “Outros créditos - créditos tributários”, são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Em 30 de junho de 2020, a provisão para redução do valor recuperável dos bens não de uso próprio monta R\$12.723 para o Banco e para o Consolidado (R\$8.337 para o Banco e R\$8.338 para o Consolidado em 31 de dezembro de 2019) (Nota 12). Não foram identificadas evidências de redução ao valor recuperável dos demais ativos não financeiros.

n) Captações

Os depósitos, emissão de títulos no Brasil e exterior e as obrigações por empréstimos e repasses, são reconhecidas com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base “*pro rata temporis*”. Os aceites por emissão de títulos no exterior e as obrigações por empréstimos no exterior, também são acrescidas de variação cambial calculada com base na cotação da moeda estrangeira, divulgada pelo BACEN, na data do balanço.

As emissões e obrigações por empréstimos no exterior, objeto de proteção contábil (*hedge accounting*) de risco de mercado, são mensurados por seu valor justo na data do balanço e, os efeitos desta mensuração reconhecidos nas demonstrações de resultado.

A composição das captações está apresentada na Nota 16.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e trabalhistas)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

i) Ativo contingente

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente somente é reconhecido nas demonstrações contábeis quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, é somente divulgado nas demonstrações contábeis.

ii) Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas quando derivam de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essas obrigações e que possa ser feita estimativa confiável de seu valor e, também, levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais.

iii Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

São demandas judiciais que estão sendo contestadas sobre sua legalidade e constitucionalidade que envolvem alguns tributos e contribuições. O montante discutido é identificado, provisionado em sua integralidade e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos.

A composição dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais está apresentada na Nota 18.

p) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, são atendidos.

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 19.a.i e 19.c.

A realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 19.d.

q) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº3.959/19.

O lucro por ação está apresentado nas "Demonstrações de resultado" e na Nota 20.f.

r) Remuneração do capital próprio

A Resolução CMN nº 4.706/18, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019, determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital próprio, que deve ser reconhecidas a partir do momento em que seja declarada ou proposta e se configure em uma obrigação presente na data do balanço.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo circulante na rubrica de "Sociais e Estatutárias" e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".

A remuneração do capital próprio está apresentada na Nota 20.d.

s) Uso de estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:

- i As taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento;
- ii Amortizações de ativos diferidos;
- iii Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa;
- iv Avaliação de instrumentos financeiros; e
- v Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades	221.533	357.331	235.916	363.781
Aplicações no mercado aberto ⁽¹⁾	5.487.002	1.898.150	5.487.002	1.898.150
Aplicações em moedas estrangeiras ⁽²⁾	258.947	330.096	258.947	330.096
Total	5.967.482	2.585.577	5.981.865	2.592.027

(1) As aplicações no mercado aberto consideradas para compor o total de "Caixa e equivalentes de caixa", não contemplam as posições das aplicações interfinanceiras - posição financiada, para o Banco e Consolidado.

(2) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

5 - RESERVAS NO BANCO CENTRAL

	Banco e Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Reservas compulsórias em espécie sobre		
Depósitos à vista	85.733	60.377
Recolhimentos obrigatórios		
Outros recolhimentos obrigatórios	9.625	6.843
Total	95.358	67.220

6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco					
	30/06/2020				31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Aplicações no mercado aberto						
Títulos públicos federais	1.565.540	-	-	-	1.565.540	2.325.499
Depósitos interfinanceiros	403.099	836.518	3.568	-	1.243.185	1.003.468
Total em 30/06/2020	1.968.639	836.518	3.568	-	2.808.725	3.328.967
Total em 31/12/2019	2.325.499	992.662	3.682	7.124	3.328.967	

	Consolidado					
	30/06/2020				31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Aplicações no mercado aberto						
Títulos públicos federais	1.565.540	-	-	-	1.565.540	2.325.499
Depósitos interfinanceiros	403.099	100.992	3.568	-	507.659	325.930
Total em 30/06/2020	1.968.639	100.992	3.568	-	2.073.199	2.651.429
Total em 31/12/2019	2.325.499	315.124	3.682	7.124	2.651.429	

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo

	Banco					
	30/06/2020			Valor justo ⁽¹⁾	31/12/2019	
	Valor de curva	Ajuste a valor justo no: Resultado	Patrimônio líquido		Valor de curva	Valor justo ⁽¹⁾
Livre negociação	312.551	(5.097)	-	307.454	218.185	218.174
Carteira própria	71.440	(567)	-	70.873	25.713	25.693
Debêntures	16.982	(546)	-	16.436	25.713	25.693
Letras Financeiras	54.458	(21)	-	54.437	-	-
Vinculados a compromisso de recompra	241.111	(4.530)	-	236.581	192.472	192.481
Debêntures	241.111	(4.530)	-	236.581	192.472	192.481
Disponíveis para venda	2.681.916	-	(2.867)	2.679.049	1.440.544	1.442.404
Carteira própria	2.177.517	-	(2.736)	2.174.781	1.133.472	1.135.358
Letras financeiras do tesouro	2.119.316	-	(621)	2.118.695	1.013.768	1.013.656
Letras do tesouro nacional	834	-	39	873	809	815
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	208	224
Cotas de fundo de investimento	47.132	-	(2.462)	44.670	71.252	71.252
Títulos e valores mobiliários no exterior	8.503	-	295	8.798	45.478	47.533
Debêntures	1.646	-	16	1.662	1.871	1.793
Certificados de recebíveis do agronegócio	86	-	(3)	83	86	85
Vinculados a compromisso de recompra	22.378	-	(10)	22.368	-	-
Letras financeiras do tesouro	22.378	-	(10)	22.368	-	-
Vinculados à prestação de garantias ⁽²⁾	482.021	-	(121)	481.900	307.072	307.046
Letras financeiras do tesouro	482.021	-	(121)	481.900	307.072	307.046
Mantidos até o vencimento ⁽³⁾	16.528	-	-	16.528	12.165	12.165
Carteira própria	16.528	-	-	16.528	12.165	12.165
Títulos públicos de outros países	16.528	-	-	16.528	12.165	12.165
Total em 30/06/2020	3.010.995	(5.097)	(2.867)	3.003.031	1.670.894	1.672.743
Livre negociação	218.185	(11)	-	218.174		
Disponíveis para venda	1.440.544	-	1.860	1.442.404		
Mantidos até o vencimento	12.165	-	-	12.165		
Total em 31/12/2019	1.670.894	(11)	1.860	1.672.743		

	Consolidado					
	30/06/2020			Valor justo ⁽¹⁾	31/12/2019	
	Valor de curva	Ajuste a valor justo no: Resultado	Patrimônio líquido		Valor de curva	Valor justo ⁽¹⁾
Livre negociação	312.551	(5.097)	-	307.454	218.185	218.174
Carteira própria	71.440	(567)	-	70.873	25.713	25.693
Debêntures	16.982	(546)	-	16.436	25.713	25.693
Letras Financeiras	54.458	(21)	-	54.437	-	-
Vinculados a compromisso de recompra	241.111	(4.530)	-	236.581	192.472	192.481
Debêntures	241.111	(4.530)	-	236.581	192.472	192.481
Disponíveis para venda	2.942.065	-	(2.967)	2.939.098	1.671.304	1.676.219
Carteira própria	2.437.666	-	(2.836)	2.434.830	1.364.231	1.369.173
Letras financeiras do tesouro	2.153.210	-	(640)	2.152.570	1.047.482	1.047.366
Letras do tesouro nacional	834	-	39	873	809	815
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	208	224
Cotas de fundo de investimento	197.408	-	(388)	197.020	219.676	219.676
Títulos e valores mobiliários no exterior	84.414	-	(1.860)	82.554	94.034	99.150
Debêntures	1.646	-	16	1.662	1.871	1.793
Certificados de recebíveis do agronegócio	86	-	(3)	83	86	84
Certificados de depósitos a prazo	58	-	-	58	55	55
Letras de câmbio	10	-	-	10	10	10
Vinculados a compromisso de recompra	22.378	-	(10)	22.368	-	-
Letras financeiras do tesouro	22.378	-	(10)	22.368	-	-
Vinculados à prestação de garantias ⁽²⁾	482.021	-	(121)	481.900	307.073	307.046
Letras financeiras do tesouro	482.021	-	(121)	481.900	307.073	307.046
Mantidos até o vencimento ⁽³⁾	16.528	-	-	16.528	12.165	12.165
Carteira própria	16.528	-	-	16.528	12.165	12.165
Títulos públicos de outros países	16.528	-	-	16.528	12.165	12.165
Total	3.271.144	(5.097)	(2.967)	3.263.080	1.901.654	1.906.558
Livre negociação	218.185	(11)	-	218.174		
Disponíveis para venda	1.671.304	-	4.915	1.676.219		
Mantidos até o vencimento	12.165	-	-	12.165		
Total em 31/12/2019	1.901.654	(11)	4.915	1.906.558		

(1) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, pelos administradores dos fundos de investimento nos quais o Banco mantém aplicações, pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, por outros agentes formadores de preços no caso dos títulos e valores mobiliários adquiridos no exterior e, quando aplicável com base em modelos de fluxo de

(2) Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, no montante de R\$481.900 (R\$307.046 em 31 de dezembro de 2019).

(3) Para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento, o valor justo refere-se ao seu valor inicial ajustado pelos juros reconhecidos no período.

b) Composição por prazo

	Banco						31/12/2019
	30/06/2020						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	
Títulos públicos federais	33.742	1.364	522.923	604.439	1.461.368	2.623.836	1.321.741
Letras financeiras do tesouro	33.742	1.364	522.923	603.566	1.461.368	2.622.963	1.320.702
Letras do tesouro nacional	-	-	-	873	-	873	815
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	224
Títulos e valores mobiliários no exterior	249	101	8.549	-	16.427	25.326	59.698
Eurobonds e assemelhados	249	-	8.549	-	-	8.798	47.533
Títulos públicos de outros países	-	101	-	-	16.427	16.528	12.165
Títulos privados	25.013	282.441	83	-	1.662	309.199	220.052
Debêntures ⁽¹⁾	-	253.017	-	-	1.662	254.679	219.967
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	83	-	-	83	85
Letras financeiras	25.013	29.424	-	-	-	54.437	-
Cotas de fundos de investimento	44.670	-	-	-	-	44.670	71.252
Fundos de investimento em renda fixa	-	-	-	-	-	-	12.050
Fundos de investimento imobiliário	42.393	-	-	-	-	42.393	57.298
Outros fundos de investimento	2.277	-	-	-	-	2.277	1.904
Total	103.674	283.906	531.555	604.439	1.479.457	3.003.031	1.672.743

	Consolidado						31/12/2019
	30/06/2020						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	
Títulos públicos federais	33.753	2.034	535.460	625.096	1.461.368	2.657.711	1.355.451
Letras financeiras do tesouro	33.753	2.034	535.460	624.223	1.461.368	2.656.838	1.354.412
Letras do tesouro nacional	-	-	-	873	-	873	815
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	224
Títulos e valores mobiliários no exterior	1.662	401	34.149	20.432	42.438	99.082	111.315
Eurobonds e assemelhados	1.662	300	34.149	20.432	26.011	82.554	99.150
Títulos públicos de outros países	-	101	-	-	16.427	16.528	12.165
Títulos privados	25.013	282.441	103	48	1.662	309.267	220.116
Debêntures ⁽¹⁾	-	253.017	-	-	1.662	254.679	219.967
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	83	-	-	83	84
Certificados de depósitos a prazo	-	-	10	48	-	58	55
Letras de câmbio	-	-	10	-	-	10	10
Letras financeiras	25.013	29.424	-	-	-	54.437	-
Cotas de fundos de investimento	197.020	-	-	-	-	197.020	219.676
Fundos de investimento em renda fixa	137.486	-	-	-	-	137.486	150.489
Fundos de investimento imobiliário	5.442	-	-	-	-	5.442	5.043
Fundos de investimento multimercado	40.380	-	-	-	-	40.380	39.624
Fundos de ações	11.435	-	-	-	-	11.435	22.616
Outros fundos de investimento	2.277	-	-	-	-	2.277	1.904
Total	257.448	284.876	569.712	645.576	1.505.468	3.263.080	1.906.558

(1) Conforme previsto no parágrafo único do Artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos para Negociação", estão sendo apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de seus respectivos vencimentos.

8 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias ou de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional.

Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com estes instrumentos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de hedge para as demais áreas.

Os principais instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Daycoval são:

- Contratos de mercado futuro - compromissos para comprar ou vender, taxa de juros e de moedas estrangeiras em uma data futura a um preço ou rentabilidade determinados, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega física do ativo objeto do contrato. O valor de referência ("notional") representa o valor de referência do contrato. Diariamente são liquidados os ajustes referentes às variações no preço dos ativos objeto dos contratos.
- Contratos a termo - contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada, podendo haver entrega física ou apenas a liquidação financeira da diferença entre os preços das moedas objeto do contrato ("Non deliverable forwards - NDF").
- Contratos de troca de indexadores ("Swaps") - são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras (quando possuem mais de um fluxo de pagamento), o diferencial entre dois indicadores financeiros estipulados e distintos (taxas de juros, moeda estrangeira, índices de inflação, entre outros) sobre um valor de referência ("Notional") de principal.
- Opções - Contratos de opção dão ao comprador o direito, mediante o pagamento de um prêmio, e ao vendedor (lançador) a obrigação, mediante o recebimento de um prêmio, de comprar ou vender um ativo financeiro (índices de juros, ações, moedas, dentre outros) um prazo limitado a um preço

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos entre as empresas integrantes do Consolidado.

i Operações de hedge

A estratégia de hedge é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de hedge, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de hedge são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

O Banco possui estrutura de hedge contábil de risco de mercado, com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado referentes à flutuação de moeda estrangeira (variação do dólar norte-americano e do euro) e da taxa de juros Libor de suas captações realizadas no exterior (itens objeto de hedge) registradas na rubrica de "Emissões no exterior" (Nota 16.b) e "Obrigações por empréstimos no exterior" (Nota 16.b).

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de hedge de risco de mercado:

30/06/2020				Variação no valor de mercado do		Efetividade
Item objeto de hedge	Vencimento	Valor do principal	Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	
Emissão no exterior	13/12/2024	USD 350.000	Swap	(499.314)	585.138	117,19%
Captação IIC - A/B Loan	15/07/2020	USD 20.000	Swap	(27.183)	27.299	100,43%
Captação IFC	15/03/2022	USD 110.000	Swap	(298.085)	298.756	100,23%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 150.000	Swap	(194.457)	212.325	109,19%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2021	USD 253.000	Swap	(349.692)	361.930	103,50%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2021	€ 25.000	Swap	(39.868)	38.991	97,80%
				(1.408.599)	1.524.439	

31/12/2019				Variação no valor justo do		Efetividade
Item objeto de hedge	Vencimento	Valor do principal	Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	
Emissão no exterior	13/12/2024	USD 350.000	Swap	29.628	(36.218)	122,24%
Captação IIC - A/B Loan	15/07/2020	USD 20.000	Swap	(19.590)	19.577	99,93%
Captação IFC	15/03/2022	USD 110.000	Swap	(155.967)	153.563	98,46%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 150.000	Swap	6.755	(7.038)	104,19%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2021	USD 253.000	Swap	11.410	(11.370)	99,65%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2021	€ 25.000	Swap	1.084	(1.090)	100,55%
				(126.680)	117.424	

A estrutura de hedge contábil destas operações foi constituída associando-se um contrato de Swap do tipo Fluxo de Caixa, para cada fluxo de pagamento das captações, seja de juros ou de principal e juros, sendo a posição ativa do Banco idêntica à remuneração dos contratos de captação.

a) Composição dos montantes de diferenciais, a receber e a pagar, registrados em contas patrimoniais de ativo e passivo, na rubrica de "Derivativos" (Banco e Consolidado):

	30/06/2020							31/12/2019			
	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativo	1.383.985	98.106	1.482.091	123.016	55.637	552.998	748.389	2.051	137.545	12.239	149.784
Derivativos	1.383.985	98.106	1.482.091	123.016	55.637	552.998	748.389	2.051	137.545	12.239	149.784
Operações de swap - diferencial a receber	1.210.738	79.210	1.289.948	12.724	1.883	526.544	746.746	2.051	105.734	11.059	116.793
Termo de moeda ("NDF") - diferencial a receber	165.867	16.879	182.746	102.539	53.215	25.349	1.643	-	20.468	1.242	21.710
Prêmios pagos por compra de opções de compra	210	2.017	2.227	583	539	1.105	-	-	2.625	(62)	2.563
Futuros de cupom cambial (DDI)	770	-	770	770	-	-	-	-	6.039	-	6.039
Futuros de dólar (DOL)	6.383	-	6.383	6.383	-	-	-	-	2.595	-	2.595
Futuros de juros (DI)	15	-	15	15	-	-	-	-	82	-	82
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	2	-	2	2	-	-	-	-	2	-	2
Passivo	43.134	818	43.952	28.437	12.573	2.337	605	-	76.401	29.866	106.267
Derivativos	43.134	818	43.952	28.437	12.573	2.337	605	-	76.401	29.866	106.267
Operações de swap - diferencial a pagar	12.814	(502)	12.312	1.156	9.497	1.054	605	-	46.634	27.691	74.325
Termo de moeda ("NDF") - diferencial a pagar	22.172	(454)	21.718	19.003	2.537	178	-	-	20.719	3.368	24.087
Prêmios recebidos por venda de opções de compra	453	1.774	2.227	583	539	1.105	-	-	3.756	(1.193)	2.563
Futuros de cupom cambial (DDI)	4.743	-	4.743	4.743	-	-	-	-	1.849	-	1.849
Futuros de dólar (DOL)	634	-	634	634	-	-	-	-	777	-	777
Futuros de juros (DI)	2.315	-	2.315	2.315	-	-	-	-	2.659	-	2.659
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	3	-	3	3	-	-	-	-	7	-	7

b) Segregação por tipo de contrato e de contraparte ao valor justo (Banco e Consolidado):

	30/06/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Futuros	7.170	7.695	8.718	5.292
B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão	7.170	7.695	8.718	5.292
Swap	1.289.948	12.312	116.793	74.325
Instituições financeiras	1.271.815	-	108.276	74.035
Pessoas jurídicas	18.133	12.312	8.517	290
Termo ("NDF")	182.746	21.718	21.710	24.087
Instituições financeiras	-	-	-	711
Pessoas jurídicas	182.746	21.718	21.710	23.376
Opções	2.227	2.227	2.563	2.563
Instituições financeiras	-	2.227	-	2.563
Pessoas jurídicas	2.227	-	2.563	-

c) Composição dos valores de referência ("Notional") registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência (Banco e Consolidado):

	30/06/2020					31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Swap							
Ativo							
Estratégia de proteção patrimonial ("hedge accounting")	15.971	-	1.375.549	2.052.505	-	3.444.025	365.711
Dólar x CDI	-	-	-	1.442.055	-	1.442.055	-
Dólar x Taxa pré-fixada	-	-	1.028.951	-	-	1.028.951	-
Taxa Libor x CDI	15.971	-	233.160	610.450	-	859.581	365.711
Euro x Taxa pré-fixada	-	-	113.438	-	-	113.438	-
Estratégia de negociação ("trading")	1.583	4.649	11.274	10.829	2.557	30.892	113.119
Dólar x CDI	1.583	4.649	11.274	10.829	2.557	30.892	29.835
Taxa pré-fixada x Dólar	-	-	-	-	-	-	46.357
CDI x Dólar	-	-	-	-	-	-	35.790
CDI x Euro	-	-	-	-	-	-	1.137
Passivo							
Estratégia de proteção patrimonial ("hedge accounting")	-	-	-	-	-	-	3.194.894
Dólar x CDI	-	-	-	-	-	-	1.442.055
Dólar x Taxa pré-fixada	-	-	-	-	-	-	1.028.951
Taxa Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	610.450
Euro x Taxa pré-fixada	-	-	-	-	-	-	113.438
Estratégia de negociação ("trading")	5.349	31.913	4.346	18.254	-	59.862	25.375
Dólar x CDI	-	-	-	-	-	-	4.263
Taxa pré-fixada x Dólar	4.034	31.913	4.346	-	-	40.293	735
CDI X Dólar	1.315	-	-	-	-	1.315	-
CDI X Taxa pré-fixada	-	-	-	18.254	-	18.254	20.377
Termo ("NDF")	1.655.352	342.829	86.524	3.789	-	2.088.494	1.613.457
Posição comprada	439.657	285.140	86.524	3.789	-	815.110	1.123.599
Posição vendida	1.215.695	57.689	-	-	-	1.273.384	489.858
Futuros	3.682.564	5.212.028	2.261.246	529.872	-	11.685.710	7.408.633
Posição comprada	1.497.121	1.452.953	10.919	358.137	-	3.319.130	589.800
Futuros de cupom cambial (DDI)	138.347	1.176.461	-	358.137	-	1.672.945	379.031
Futuros de dólar (DOL)	1.358.774	272.520	-	-	-	1.631.294	2.015
Futuros de juros (DI)	-	3.972	10.919	-	-	14.891	208.754
Posição vendida	2.185.443	3.759.075	2.250.327	171.735	-	8.366.580	6.818.833
Futuros de cupom cambial (DDI)	937.972	240.328	194.465	31.249	-	1.404.014	839.645
Futuros de dólar (DOL)	-	-	-	-	-	-	291.627
Futuros de juros (DI)	1.245.472	3.516.077	2.049.323	140.486	-	6.951.358	5.676.017
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	1.999	2.670	6.539	-	-	11.208	11.544
Opções	2.945	5.119	5.186	-	-	13.250	144.101
Posição comprada	1.385	2.501	2.252	-	-	6.138	68.825
Moeda estrangeira	1.385	2.501	2.252	-	-	6.138	68.825
Posição vendida	1.560	2.618	2.934	-	-	7.112	75.276
Moeda estrangeira	1.560	2.618	2.934	-	-	7.112	75.276

9 - CARTEIRA DE CRÉDITO**a) Resumo da carteira de crédito e da carteira de crédito ampliada**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Operações de crédito	17.398.698	16.934.078	17.554.706	17.083.532
Arrendamento mercantil	-	-	1.150.083	1.050.561
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.115.881	5.927.721	4.124.922	5.931.524
Rendas a receber de adiantamento concedidos (Nota 10 - Câmbio Ativo)	11.076	14.258	11.076	14.258
Importação financiada (Nota 10 - Câmbio Passivo)	6.481	-	6.481	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 10 - Câmbio Passivo)	559.648	604.635	559.648	604.635
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 10 - Câmbio Passivo)	(1.359)	(730)	(1.359)	(730)
Total da carteira de crédito	22.090.425	23.479.962	23.405.557	24.683.780
Garantias financeiras prestadas	2.604.196	2.675.832	2.604.196	2.675.832
Total da carteira de crédito ampliada	24.694.621	26.155.794	26.009.753	27.359.612

b) Composição da carteira com características de concessão de crédito**i Por segmento, tipo de operação e nível de risco**

Banco										
30/06/2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	2.836.655	2.774.427	6.810.099	724.488	281.944	85.054	71.735	22.786	276.869	13.884.057
Empréstimos	116.603	818.838	4.035.853	539.214	239.730	64.258	64.716	14.646	231.610	6.125.468
Títulos descontados	-	518.375	724.278	36.668	11.081	6.982	3.486	7.176	5.694	1.313.740
Financiamentos	80.352	338.520	803.747	77.079	18.855	11.236	1.886	-	22.562	1.354.237
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	86.617	172.028	1.570	-	-	-	-	5.638	265.853
Devedores por compra de valores e bens	-	280	2.390	321	-	-	-	-	-	2.991
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	2.398.577	868.087	631.211	53.404	11.767	2.578	1.647	721	7.837	3.975.829
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	23.630	-	-	-	-	-	-	-	23.630
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	119.324	430.315	15.444	511	-	-	243	3.528	569.365
Financiamentos a importação	241.123	756	10.277	788	-	-	-	-	-	252.944
Segmento varejo	-	4.226.089	2.025.935	1.337.667	207.039	60.676	39.855	34.016	275.091	8.206.368
Empréstimos consignados	-	4.184.048	1.519.540	935.117	40.906	27.001	22.564	22.793	235.167	6.987.136
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	48.172	1.636	1.728	715	357	680	2.004	55.292
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	18.182	1.349	405	40	1	-	-	26	20.003
Títulos descontados	-	156	9	20	32	67	31	23	169	507
Financiamento de veículos	-	-	454.705	400.489	164.333	32.892	16.903	10.520	37.725	1.117.567
Financiamentos imobiliários	-	-	2.160	-	-	-	-	-	-	2.160
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	23.703	-	-	-	-	-	-	-	23.703
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	2.836.655	7.000.516	8.836.034	2.062.155	488.983	145.730	111.590	56.802	551.960	22.090.425
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	1.557.731	372.776	533.644	126.036	12.820	415	360	-	414	2.604.196
Total de garantias financeiras prestadas	1.557.731	372.776	533.644	126.036	12.820	415	360	-	414	2.604.196
Total da carteira de crédito ampliada	4.394.386	7.373.292	9.369.678	2.188.191	501.803	146.145	111.950	56.802	552.374	24.694.621
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal ⁽¹⁾	2.836.654	6.696.903	8.180.999	1.617.441	338.243	80.335	46.155	14.146	188.016	19.998.892
Operações em curso anormal ⁽²⁾	-	303.612	655.036	444.714	150.739	65.396	65.435	42.656	363.945	2.091.533
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	2.836.654	7.000.515	8.836.035	2.062.155	488.982	145.731	111.590	56.802	551.961	22.090.425

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

9 - CARTEIRA DE CRÉDITO

31/12/2019	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	3.276.192	2.964.064	7.407.672	1.322.061	352.382	65.628	62.357	16.258	349.347	15.815.961
Empréstimos	62.569	844.819	4.053.084	551.141	319.157	53.006	56.402	15.188	275.940	6.231.306
Títulos descontados	9.233	106.575	447.273	618.467	7.581	3.249	567	885	3.361	1.197.191
Financiamentos	89.720	247.147	904.376	31.196	9.542	7.630	1.115	185	24.474	1.315.385
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	73.198	140.069	1.002	-	-	-	-	-	214.269
Devedores por compra de valores e bens	-	6.665	4.370	-	-	-	-	-	-	11.035
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	2.688.219	1.555.230	1.402.311	95.251	16.102	1.743	3.216	-	3.192	5.765.264
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	23.566	-	-	-	-	-	-	-	23.566
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	95.698	455.039	25.004	-	-	1.057	-	41.365	618.163
Avais e fianças honradas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.015	1.015
Financiamentos a importação	426.451	11.166	1.150	-	-	-	-	-	-	438.767
Segmento varejo	-	4.018.934	1.633.109	1.411.016	265.044	49.130	26.002	21.116	239.650	7.664.001
Empréstimos consignados	-	3.954.735	1.261.902	930.152	38.022	26.741	15.744	14.415	211.032	6.452.743
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	50.819	734	511	1.019	985	729	122	54.919
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	27.678	2.217	924	53	2	2	-	25	30.901
Títulos descontados	-	546	18	27	36	19	48	27	172	893
Financiamento de veículos	-	-	316.374	479.179	226.422	21.349	9.223	5.945	28.299	1.086.791
Financiamentos imobiliários	-	-	1.779	-	-	-	-	-	-	1.779
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	35.975	-	-	-	-	-	-	-	35.975
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	3.276.192	6.982.998	9.040.781	2.733.077	617.426	114.758	88.359	37.374	588.997	23.479.962
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	1.710.203	321.756	568.820	63.409	11.284	-	360	-	-	2.675.832
Total de garantias financeiras prestadas	1.710.203	321.756	568.820	63.409	11.284	-	360	-	-	2.675.832
Total da carteira de crédito ampliada	4.986.395	7.304.754	9.609.601	2.796.486	628.710	114.758	88.719	37.374	588.997	26.155.794
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal ⁽¹⁾	3.276.191	6.680.266	8.521.923	2.242.369	484.998	61.876	39.282	13.921	311.978	21.632.804
Operações em curso anormal ⁽²⁾	-	302.730	518.859	490.707	132.427	52.883	49.077	23.452	277.023	1.847.158
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	3.276.191	6.982.996	9.040.782	2.733.076	617.425	114.759	88.359	37.373	589.001	23.479.962

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

9 - CARTEIRA DE CRÉDITO

Consolidado										
30/06/2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	3.028.747	3.244.800	7.361.360	801.891	295.958	88.706	74.296	22.802	280.629	15.199.189
Empréstimos	116.603	818.838	4.035.853	539.214	239.730	64.258	64.716	14.646	231.610	6.125.468
Títulos descontados	-	518.375	724.278	36.668	11.081	6.982	3.486	7.176	5.694	1.313.740
Financiamentos	80.352	338.520	803.747	77.079	18.855	11.236	1.886	-	22.562	1.354.237
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	86.617	172.028	1.570	-	-	-	-	5.638	265.853
Devedores por compra de valores e bens	-	280	2.390	321	-	-	-	-	-	2.991
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	2.398.577	868.087	631.211	53.404	11.767	2.578	1.647	721	7.837	3.975.829
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	23.630	-	-	-	-	-	-	-	23.630
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	119.324	430.315	15.444	511	-	-	243	3.528	569.365
Arrendamento mercantil	192.092	470.373	551.261	77.403	14.014	3.652	2.561	16	3.760	1.315.132
Avais e fianças honradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos a importação	241.123	756	10.277	788	-	-	-	-	-	252.944
Segmento varejo	-	4.226.089	2.025.935	1.337.667	207.039	60.676	39.855	34.016	275.091	8.206.368
Empréstimos consignados	-	4.184.048	1.519.540	935.117	40.906	27.001	22.564	22.793	235.167	6.987.136
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	48.172	1.636	1.728	715	357	680	2.004	55.292
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	18.182	1.349	405	40	1	-	-	26	20.003
Títulos descontados	-	156	9	20	32	67	31	23	169	507
Financiamento de veículos	-	-	454.705	400.489	164.333	32.892	16.903	10.520	37.725	1.117.567
Financiamentos imobiliários	-	-	2.160	-	-	-	-	-	-	2.160
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	23.703	-	-	-	-	-	-	-	23.703
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	3.028.747	7.470.889	9.387.295	2.139.558	502.997	149.382	114.151	56.818	555.720	23.405.557
Segmento empresas	1.557.731	372.776	533.644	126.036	12.820	415	360	-	414	2.604.196
Garantias financeiras prestadas	1.557.731	372.776	533.644	126.036	12.820	415	360	-	414	2.604.196
Total de garantias financeiras prestadas	1.557.731	372.776	533.644	126.036	12.820	415	360	-	414	2.604.196
Total da carteira de crédito ampliada	4.586.478	7.843.665	9.920.939	2.265.594	515.817	149.797	114.511	56.818	556.134	26.009.753
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal	3.028.747	7.167.223	8.732.141	1.694.230	351.825	83.799	48.350	14.148	190.393	21.310.856
Operações em curso normal ⁽¹⁾	-	303.665	655.154	445.329	151.171	65.582	65.800	42.669	365.331	2.094.701
Operações em curso anormal ⁽²⁾	3.028.747	7.167.223	8.732.141	1.694.230	351.825	83.799	48.350	14.148	190.393	21.310.856
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	3.028.747	7.470.888	9.387.295	2.139.559	502.996	149.381	114.150	56.817	555.724	23.405.557

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

9 - CARTEIRA DE CRÉDITO

31/12/2019	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	3.381.726	3.425.851	7.951.190	1.392.853	360.564	68.804	64.359	16.280	358.152	17.019.779
Empréstimos	62.569	844.819	4.053.084	551.141	319.157	53.006	56.402	15.188	275.940	6.231.306
Títulos descontados	9.233	106.575	447.273	618.467	7.581	3.249	567	885	3.361	1.197.191
Financiamentos	89.720	247.147	904.376	31.196	9.542	7.630	1.115	185	24.474	1.315.385
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	73.198	140.069	1.002	-	-	-	-	-	214.269
Devedores por compra de valores e bens	-	6.665	4.370	-	-	-	-	-	-	11.035
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	2.688.219	1.555.230	1.402.311	95.251	16.102	1.743	3.216	-	3.192	5.765.264
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	23.566	-	-	-	-	-	-	-	23.566
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	95.698	455.039	25.004	-	-	1.057	-	41.365	618.163
Arrendamento mercantil	105.534	461.787	543.518	70.792	8.182	3.176	2.002	22	8.805	1.203.818
Avais e fianças honradas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.015	1.015
Financiamentos a importação	426.451	11.166	1.150	-	-	-	-	-	-	438.767
Segmento varejo	-	4.018.934	1.633.109	1.411.016	265.044	49.130	26.002	21.116	239.650	7.664.001
Empréstimos consignados	-	3.954.735	1.261.902	930.152	38.022	26.741	15.744	14.415	211.032	6.452.743
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	50.819	734	511	1.019	985	729	122	54.919
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	27.678	2.217	924	53	2	2	-	25	30.901
Títulos descontados	-	546	18	27	36	19	48	27	172	893
Financiamento de veículos	-	-	316.374	479.179	226.422	21.349	9.223	5.945	28.299	1.086.791
Financiamentos imobiliários	-	-	1.779	-	-	-	-	-	-	1.779
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	35.975	-	-	-	-	-	-	-	35.975
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	3.381.726	7.444.785	9.584.299	2.803.869	625.608	117.934	90.361	37.396	597.802	24.683.780
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	1.710.203	321.756	568.820	63.409	11.284	-	360	-	-	2.675.832
Total de garantias financeiras prestadas	1.710.203	321.756	568.820	63.409	11.284	-	360	-	-	2.675.832
Total da carteira de crédito ampliada	5.091.929	7.766.541	10.153.119	2.867.278	636.892	117.934	90.721	37.396	597.802	27.359.612
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal ⁽¹⁾	3.381.726	7.141.828	9.064.453	2.311.380	493.066	65.036	40.994	13.924	313.103	22.825.510
Operações em curso anormal ⁽²⁾	-	302.956	519.848	492.487	132.541	52.898	49.367	23.471	284.702	1.858.270
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	3.381.726	7.444.784	9.584.301	2.803.867	625.607	117.934	90.361	37.395	597.805	24.683.780

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

ii Por faixa de vencimento, nível de risco e distribuição da provisão associada ao risco de crédito

Banco										
30/06/2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal ⁽¹⁾	2.836.655	6.696.904	8.180.997	1.617.441	338.244	80.335	46.155	14.146	188.015	19.998.892
Parcelas vincendas	2.836.654	6.681.386	8.163.382	1.610.771	336.030	79.628	46.136	14.139	187.638	19.955.764
Até 3 meses	2.053.505	2.320.608	2.622.740	273.945	66.117	14.309	16.325	1.695	20.265	7.389.509
De 3 a 12 meses	706.259	1.573.842	2.859.098	484.497	154.026	27.976	19.947	6.101	55.134	5.886.880
De 1 a 3 anos	68.974	1.634.156	2.044.825	576.430	109.562	27.847	9.041	6.086	85.643	4.562.564
De 3 a 5 anos	7.916	825.337	422.551	179.917	6.153	9.434	777	223	24.529	1.476.837
Acima de 5 anos	-	327.443	214.168	95.982	172	62	46	34	2.067	639.974
Vencidas até 14 dias	1	15.518	17.615	6.670	2.214	707	19	7	377	43.128
Operações em curso anormal ⁽²⁾	-	303.612	655.037	444.714	150.739	65.395	65.435	42.656	363.945	2.091.533
Parcelas vincendas	-	298.049	629.943	411.033	129.523	46.535	47.572	24.498	231.522	1.818.675
Até 3 meses	-	56.638	137.122	47.521	24.853	6.319	7.288	2.784	53.608	336.133
De 3 a 12 meses	-	48.848	188.552	113.256	43.048	14.746	16.018	6.596	53.501	484.565
De 1 a 3 anos	-	98.062	168.039	172.023	48.747	18.821	19.099	9.515	91.946	626.252
De 3 a 5 anos	-	65.381	82.046	58.518	9.181	4.528	3.822	3.488	26.762	253.726
Acima de 5 anos	-	29.120	54.184	19.715	3.694	2.121	1.345	2.115	5.705	117.999
Parcelas vencidas	-	5.563	25.094	33.681	21.216	18.860	17.863	18.158	132.423	272.858
Até 60 dias	-	5.563	25.094	29.631	10.336	6.227	6.290	9.245	15.683	108.069
De 61 a 90 dias	-	-	-	3.185	8.283	3.031	2.090	1.051	7.272	24.912
De 91 a 180 dias	-	-	-	865	2.597	8.636	7.848	5.450	58.981	84.377
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	966	1.635	2.412	50.487	55.500
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	2.836.655	7.000.516	8.836.034	2.062.155	488.983	145.730	111.590	56.802	551.960	22.090.425
Garantias financeiras prestadas	1.557.731	372.776	533.644	126.036	12.820	415	360	-	414	2.604.196
Total de garantias financeiras prestadas	1.557.731	372.776	533.644	126.036	12.820	415	360	-	414	2.604.196
Total da carteira de crédito ampliada	4.394.386	7.373.292	9.369.678	2.188.191	501.803	146.145	111.950	56.802	552.374	24.694.621
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida ⁽³⁾	-	35.003	88.360	61.865	48.898	43.719	55.795	39.810	551.960	925.410
Adicional ⁽⁴⁾	-	21.001	167.885	88.672	97.308	29.001	22.206	-	-	426.073
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	-	56.004	256.245	150.537	146.206	72.720	78.001	39.810	551.960	1.351.483
Mínima requerida ⁽³⁾	-	1.864	5.336	3.781	1.282	124	180	-	414	12.981
Adicional ⁽⁴⁾	-	1.118	10.140	5.420	2.551	83	71	-	-	19.383
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas	-	2.982	15.476	9.201	3.833	207	251	-	414	32.364
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	-	58.986	271.721	159.738	150.039	72.927	78.252	39.810	552.374	1.383.847

31/12/2019	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal ⁽¹⁾	3.276.192	6.680.267	8.521.922	2.242.370	484.998	61.876	39.281	13.921	311.977	21.632.804
Parcelas vincendas	3.276.192	6.649.216	8.463.196	2.235.415	480.381	61.631	39.118	13.914	311.573	21.530.636
Até 3 meses	2.421.974	2.282.140	2.975.332	860.597	83.072	14.719	11.990	1.807	61.459	8.713.090
De 3 a 12 meses	803.050	1.523.324	3.070.564	520.253	193.754	31.796	17.027	4.961	68.051	6.232.780
De 1 a 3 anos	43.390	1.685.459	1.823.927	581.068	181.307	13.291	9.755	7.145	121.002	4.466.344
De 3 a 5 anos	7.778	826.094	396.124	191.436	22.196	1.823	346	1	49.472	1.495.270
Acima de 5 anos	-	332.199	197.249	82.061	52	2	-	-	11.589	623.152
Vencidas até 14 dias	-	31.051	58.726	6.955	4.617	245	163	7	404	102.168
Operações em curso anormal ⁽²⁾	-	302.731	518.859	490.707	132.428	52.882	49.078	23.453	277.020	1.847.158
Parcelas vincendas	-	277.867	476.687	447.378	114.728	39.534	35.679	15.809	134.140	1.541.822
Até 3 meses	-	105.831	147.315	52.805	17.374	6.356	4.656	1.866	17.206	353.409
De 3 a 12 meses	-	78.562	145.499	129.056	36.776	11.626	11.244	4.635	37.494	454.892
De 1 a 3 anos	-	63.714	120.063	174.844	47.534	14.525	14.997	6.260	62.938	504.875
De 3 a 5 anos	-	21.047	39.313	61.053	9.236	4.633	3.294	1.986	13.670	154.232
Acima de 5 anos	-	8.713	24.497	29.620	3.808	2.394	1.488	1.062	2.832	74.414
Parcelas vencidas	-	24.864	42.172	43.329	17.700	13.348	13.399	7.644	142.880	305.336
Até 60 dias	-	24.864	42.172	41.549	10.538	4.807	4.576	1.914	40.149	170.569
De 61 a 90 dias	-	-	-	1.286	4.817	2.404	2.369	697	6.170	17.743
De 91 a 180 dias	-	-	-	494	2.345	5.244	5.208	3.428	21.285	38.004
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	893	1.246	1.605	75.276	79.020
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	3.276.192	6.982.998	9.040.781	2.733.077	617.426	114.758	88.359	37.374	588.997	23.479.962
Garantias financeiras prestadas	1.710.203	321.756	568.820	63.409	11.284	-	360	-	-	2.675.832
Total de garantias financeiras prestadas	1.710.203	321.756	568.820	63.409	11.284	-	360	-	-	2.675.832
Total da carteira de crédito ampliada	4.986.395	7.304.754	9.609.601	2.796.486	628.710	114.758	88.719	37.374	588.997	26.155.794
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida ⁽³⁾	-	34.915	90.408	81.993	61.743	34.427	44.230	26.161	588.997	962.874
Adicional ⁽⁴⁾	-	20.949	171.775	117.522	-	-	-	-	-	310.246
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	-	55.864	262.183	199.515	61.743	34.427	44.230	26.161	588.997	1.273.120
Mínima requerida ⁽³⁾	-	1.609	5.688	1.902	1.128	-	180	-	-	10.507
Adicional ⁽⁴⁾	-	965	10.808	2.726	-	-	-	-	-	14.500
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas	-	2.574	16.496	4.628	1.128	-	180	-	-	25.007
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	-	58.438	278.679	204.143	62.871	34.427	44.410	26.161	588.997	1.298.127

Consolidado

30/06/2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal ⁽¹⁾	3.028.747	7.167.224	8.732.141	1.694.229	351.826	83.800	48.351	14.149	190.389	21.310.856
Parcelas vincendas	3.028.746	7.150.973	8.714.250	1.687.438	349.612	83.093	48.332	14.142	190.012	21.266.598
Até 3 meses	2.069.373	2.397.587	2.683.724	284.099	67.961	14.755	16.773	1.697	20.847	7.556.816
De 3 a 12 meses	754.139	1.714.491	3.018.038	511.777	158.507	29.701	20.852	6.101	56.296	6.269.902
De 1 a 3 anos	152.801	1.826.949	2.292.218	609.390	115.378	29.001	9.774	6.086	86.277	5.127.874
De 3 a 5 anos	49.534	878.067	483.362	186.191	7.309	9.573	848	223	24.529	1.639.636
Acima de 5 anos	2.899	333.879	236.908	95.981	457	63	85	35	2.063	672.370
Vencidas até 14 dias	1	16.251	17.891	6.791	2.214	707	19	7	377	44.258
Operações em curso anormal ⁽²⁾	-	303.665	655.154	445.329	151.171	65.582	65.800	42.669	365.331	2.094.701
Parcelas vincendas	-	298.050	629.942	411.033	129.523	46.534	47.573	24.498	231.522	1.818.675
Até 3 meses	-	56.778	137.538	47.670	24.856	6.319	7.289	2.784	53.616	336.850
De 3 a 12 meses	-	48.751	188.245	113.144	43.046	14.745	16.018	6.596	53.495	484.040
De 1 a 3 anos	-	98.020	167.929	171.986	48.746	18.821	19.099	9.515	91.944	626.060
De 3 a 5 anos	-	65.381	82.046	58.518	9.181	4.528	3.822	3.488	26.762	253.726
Acima de 5 anos	-	29.120	54.184	19.715	3.694	2.121	1.345	2.115	5.705	117.999
Parcelas vencidas	-	5.615	25.212	34.296	21.648	19.048	18.227	18.171	133.809	276.026
Até 60 dias	-	5.615	25.212	30.246	10.614	6.315	6.484	9.249	16.054	109.789
De 61 a 90 dias	-	-	-	3.185	8.437	3.079	2.164	1.053	7.470	25.388
De 91 a 180 dias	-	-	-	865	2.597	8.688	7.944	5.457	59.468	85.019
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	966	1.635	2.412	50.817	55.830
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	3.028.747	7.470.889	9.387.295	2.139.558	502.997	149.382	114.151	56.818	555.720	23.405.557
Garantias financeiras prestadas	1.557.731	372.776	533.644	126.036	12.820	415	360	-	414	2.604.196
Total de garantias financeiras prestadas	1.557.731	372.776	533.644	126.036	12.820	415	360	-	414	2.604.196
Total da carteira de crédito ampliada	4.586.478	7.843.665	9.920.939	2.265.594	515.817	149.797	114.511	56.818	556.134	26.009.753
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida ⁽³⁾	-	37.354	93.873	64.187	50.300	44.815	57.076	39.773	555.720	943.097
Adicional ⁽⁴⁾	-	21.049	167.885	88.672	97.308	29.001	22.206	-	-	426.121
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	-	58.403	261.758	152.859	147.608	73.816	79.282	39.773	555.720	1.369.218
Mínima requerida ⁽³⁾	-	1.864	5.336	3.781	1.282	124	180	-	414	12.981
Adicional ⁽⁴⁾	-	1.118	10.140	5.420	2.551	83	71	-	-	19.383
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas	-	2.982	15.476	9.201	3.833	207	251	-	414	32.364
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	-	61.385	277.234	162.060	151.441	74.023	79.533	39.773	556.134	1.401.582

31/12/2019	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal ⁽¹⁾	3.381.726	7.141.829	9.064.452	2.311.382	493.067	65.035	40.994	13.925	313.100	22.825.510
Parcelas vincendas	3.381.726	7.110.367	9.004.933	2.304.224	488.438	64.790	40.831	13.915	312.635	22.721.859
Até 3 meses	2.431.455	2.337.933	3.037.228	871.851	84.660	15.138	12.292	1.807	61.683	8.854.047
De 3 a 12 meses	822.509	1.665.291	3.219.421	544.035	197.155	32.887	17.620	4.961	68.588	6.572.467
De 1 a 3 anos	94.350	1.888.588	2.064.023	609.644	184.261	14.621	10.453	7.145	121.308	4.994.393
De 3 a 5 anos	32.706	862.139	460.468	195.488	22.233	2.144	432	2	49.469	1.625.081
Acima de 5 anos	706	356.416	223.793	83.206	129	-	34	-	11.587	675.871
Vencidas até 14 dias	-	31.462	59.519	7.158	4.629	245	163	10	465	103.651
Operações em curso anormal ⁽²⁾	-	302.956	519.847	492.487	132.541	52.899	49.367	23.471	284.702	1.858.270
Parcelas vincendas	-	278.092	477.593	448.857	114.763	39.540	35.940	15.811	139.644	1.550.240
Até 3 meses	-	105.872	147.541	53.143	17.407	6.362	4.699	1.868	17.892	354.784
De 3 a 12 meses	-	78.677	145.987	129.614	36.778	11.626	11.364	4.635	39.062	457.743
De 1 a 3 anos	-	63.783	120.255	175.427	47.534	14.525	15.095	6.260	65.736	508.615
De 3 a 5 anos	-	21.047	39.313	61.053	9.236	4.633	3.294	1.986	14.122	154.684
Acima de 5 anos	-	8.713	24.497	29.620	3.808	2.394	1.488	1.062	2.832	74.414
Parcelas vencidas	-	24.864	42.254	43.630	17.778	13.359	13.427	7.660	145.058	308.030
Até 60 dias	-	24.864	42.254	41.850	10.589	4.812	4.597	1.919	40.612	171.497
De 61 a 90 dias	-	-	-	1.286	4.844	2.407	2.376	699	6.414	18.026
De 91 a 180 dias	-	-	-	494	2.345	5.247	5.208	3.437	21.953	38.684
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	893	1.246	1.605	76.079	79.823
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	3.381.726	7.444.785	9.584.299	2.803.869	625.608	117.934	90.361	37.396	597.802	24.683.780
Garantias financeiras prestadas	1.710.203	321.756	568.820	63.409	11.284	-	360	-	-	2.675.832
Total de garantias financeiras prestadas	1.710.203	321.756	568.820	63.409	11.284	-	360	-	-	2.675.832
Total da carteira de crédito ampliada	5.091.929	7.766.541	10.153.119	2.867.278	636.892	117.934	90.721	37.396	597.802	27.359.612
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida ⁽³⁾	-	37.223	95.843	84.118	62.561	35.380	45.180	26.178	597.802	984.285
Adicional ⁽⁴⁾	-	20.949	171.775	117.570	-	-	-	-	-	310.294
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	-	58.172	267.618	201.688	62.561	35.380	45.180	26.178	597.802	1.294.579
Mínima requerida ⁽³⁾	-	1.609	5.688	1.902	1.128	-	181	-	-	10.508
Adicional ⁽⁴⁾	-	965	10.808	2.726	-	-	-	-	-	14.499
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas	-	2.574	16.496	4.628	1.128	-	181	-	-	25.007
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	-	60.746	284.114	206.316	63.689	35.380	45.361	26.178	597.802	1.319.586

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

(3) Refere-se à provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores.

(4) Provisão adicional constituída em relação ao percentual mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em metodologia própria de avaliação de risco de crédito e, inclusive, em função dos fatores descritos na Nota 27.a.

(5) Conforme estabelecido pela Resolução nº 4.512/16, do CMN, sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas, o Banco registrou a provisão de fianças bancárias com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

iii Por ramo de atividade

	Banco			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	% de exposição	Valor	% de exposição
Total da carteira de crédito ampliada	24.694.621	100,00%	26.155.794	100,00%
Setor público	231.752	0,94%	192.262	0,74%
Governo federal	55.726	0,23%	69.222	0,26%
Governo estadual	124.977	0,51%	123.040	0,47%
Governo municipal	51.049	0,21%	-	0,00%
Setor privado	24.462.869	99,06%	25.963.532	99,26%
Pessoa jurídica	15.853.240	64,20%	17.989.682	68,78%
Indústria	8.311.009	33,66%	8.863.019	33,89%
Comércio	3.522.667	14,26%	4.805.317	18,37%
Intermediários financeiros	68.809	0,28%	85.603	0,33%
Outros serviços	3.950.755	16,00%	4.235.743	16,19%
Pessoa física	8.609.629	34,86%	7.973.850	30,49%

	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	% de exposição	Valor	% de exposição
Total da carteira de crédito ampliada	26.009.753	100,00%	27.359.612	100,00%
Setor público	231.752	0,89%	192.262	0,70%
Governo federal	55.726	0,21%	69.222	0,25%
Governo estadual	124.977	0,48%	123.040	0,45%
Governo municipal	51.049	0,20%	-	0,00%
Setor privado	25.778.001	99,11%	27.167.350	99,30%
Pessoa jurídica	17.163.169	65,99%	19.187.506	70,13%
Indústria	8.559.646	32,91%	9.097.613	33,25%
Comércio	3.669.657	14,11%	4.960.968	18,13%
Intermediários financeiros	72.892	0,28%	90.954	0,33%
Outros serviços	4.860.803	18,69%	5.037.660	18,41%
Crédito rural	171	0,00%	311	0,00%
Pessoa física	8.614.832	33,12%	7.979.844	29,17%

c) Garantias financeiras prestadas (Banco e Consolidado)

	30/06/2020	31/12/2019
	Valor	Valor
Créditos abertos para importação	118.956	183.352
Beneficiários de garantias prestadas	2.485.240	2.492.480
Total	2.604.196	2.675.832

d) Concentração da carteira com características de concessão de crédito

	Banco			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor ⁽¹⁾	% da carteira	Valor ⁽¹⁾	% da carteira
Maior devedor	330.984	1,50%	604.513	2,57%
10 maiores devedores seguintes	1.444.591	6,54%	1.709.495	7,28%
50 maiores devedores seguintes	2.615.395	11,84%	2.813.245	11,98%
100 maiores devedores seguintes	2.080.131	9,42%	2.155.737	9,18%
Demais devedores	15.619.324	70,71%	16.196.972	68,98%
Total	22.090.425	100,00%	23.479.962	100,00%

	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor ⁽¹⁾	% da carteira	Valor ⁽¹⁾	% da carteira
Maior devedor	330.984	1,41%	604.513	2,45%
10 maiores devedores seguintes	1.460.841	6,24%	1.710.079	6,93%
50 maiores devedores seguintes	2.716.809	11,61%	2.895.283	11,73%
100 maiores devedores seguintes	2.251.983	9,62%	2.305.712	9,34%
Demais devedores	16.644.940	71,12%	17.168.193	69,55%
Total	23.405.557	100,00%	24.683.780	100,00%

e) Movimentação e composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Movimentação e composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Saldo inicial da provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.298.127	1.297.215	1.319.586	1.316.541
Operações baixadas como prejuízo	(188.890)	(159.443)	(195.380)	(159.326)
Constituição (reversão) líquida no período	257.071	160.096	259.837	162.112
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99	151.427	88.126	154.193	90.142
Avais e fianças prestadas ⁽¹⁾	2.474	3.223	2.474	3.223
Adicional ao mínimo requerido ⁽²⁾	103.170	68.747	103.170	68.747
Variação cambial	17.539	259	17.539	259
Saldo final da provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.383.847	1.298.127	1.401.582	1.319.586
Composição da da provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Carteira de operações com características de concessão de crédito	1.351.483	1.273.120	1.369.218	1.294.579
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99	925.410	962.826	943.097	984.285
Adicional ao mínimo requerido ⁽¹⁾	426.073	310.294	426.121	310.294
Garantias financeiras prestadas	32.364	25.007	32.364	25.007
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 ⁽²⁾	12.981	10.508	12.981	10.508
Adicional ao mínimo requerido ⁽¹⁾	19.383	14.499	19.383	14.499
Total de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.383.847	1.298.127	1.401.582	1.319.586

(1) Provisão adicional constituída em relação ao percentual mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em metodologia própria de avaliação de risco de crédito e, inclusive, em função dos fatores descritos na Nota 25.b).

(2) Conforme estabelecido pela Resolução nº 4.512/16, do CMN, sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas, o Banco registrou a provisão de fianças bancárias com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

f) Renegociação e recuperação de operações com características de concessão de crédito

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Movimentação das operações renegociadas no período				
Saldo inicial	1.535.564	1.491.366	1.590.097	1.502.844
Baixa de operações renegociadas para prejuízo no período	(29.887)	(50.890)	(29.887)	(50.890)
Pagamentos / amortizações no período de operações renegociadas	(576.709)	(551.982)	(585.736)	(556.905)
Renegociação de operações no período	2.584.624	647.070	2.671.868	695.048
Saldo final	3.513.592	1.535.564	3.646.342	1.590.097
Composição do saldo de operações renegociadas				
Operações em curso normal ⁽¹⁾	3.075.908	1.223.873	3.207.422	1.276.712
Parcelas vincendas	3.064.037	1.213.925	3.194.998	1.266.722
Até 3 meses	643.778	337.425	661.017	343.701
De 3 a 12 meses	1.230.579	455.808	1.277.172	471.261
De 1 a 3 anos	941.761	341.678	1.001.782	368.696
De 3 a 5 anos	189.601	67.896	196.709	71.946
Acima de 5 anos	58.318	11.118	58.318	11.118
Vencidas até 14 dias	11.871	9.948	12.424	9.990
Operações em curso anormal ⁽²⁾	437.684	311.691	438.920	313.385
Parcelas vincendas	389.644	277.652	389.644	278.846
Até 3 meses	60.650	39.278	60.650	39.541
De 3 a 12 meses	121.012	113.388	121.012	113.881
De 1 a 3 anos	175.155	114.197	175.155	114.635
De 3 a 5 anos	27.933	9.808	27.933	9.808
Acima de 5 anos	4.894	981	4.894	981
Parcelas vencidas	48.040	34.039	49.276	34.539
Até 60 dias	27.752	15.406	28.475	15.629
De 61 a 90 dias	4.686	2.815	4.797	2.895
De 91 a 180 dias	9.530	8.615	9.735	8.784
De 181 a 360 dias	6.072	7.203	6.269	7.231
Total das operações renegociadas	3.513.592	1.535.564	3.646.342	1.590.097

Em 30 de junho de 2020 o saldo apresentado de operações renegociadas inclui R\$2.262.030, referentes à operações renegociadas em função das circunstâncias envolvendo a pandemia do COVID-19.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, o Banco recuperou créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$34.575 (R\$102.320 em 30 de junho de 2019) e o Daycoval Leasing recuperou no montante de R\$430 (R\$249 em 30 de junho de 2019), reconhecidos nas demonstrações de resultado na rubrica de "Resultado da carteira de crédito".

g) Operações ativas vinculadas (Banco e Consolidado)

	30/06/2020	31/12/2019
Operações ativas vinculadas		
Operações de crédito	60.405	52.708
Obrigações por operações ativas vinculadas		
Certificados de depósitos bancários - CDBs	62.923	58.704

h) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros (Banco e Consolidado)

As cessões de crédito realizadas pelo Banco, atendem aos critérios contábeis descritos na Resolução CMN nº 3.533/08, no que tange à classificação destas cessões na categoria de "Operações com retenção substancial de riscos e benefícios".

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram realizadas cessões de crédito.

Em 30 de junho de 2020, o valor contábil de cessões de crédito registrado na rubrica de "Operações de crédito" (Nota 9.a.i), monta R\$20.003 (R\$30.901 em 31 de dezembro de 2019) com a respectiva obrigação assumida pela cessão reconhecida na rubrica de "Outras obrigações – Diversas – Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (Nota 17.c) no montante de R\$22.343 (R\$36.794 em 31 de dezembro de 2019).

Estas cessões de crédito não geraram resultados antecipados para o Banco.

10 - CARTEIRA DE CÂMBIO (BANCO E CONSOLIDADO)

	30/06/2020				31/12/2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor	Valor
Ativo					
Câmbio comprado a liquidar	829.084	377.887	12.199	1.219.170	960.853
Direitos sobre vendas de câmbio	750.002	571.375	9.741	1.331.118	472.090
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(11.148)	(3.614)	-	(14.762)	(2.638)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 9.a)	6.389	4.687	-	11.076	14.258
Total	1.574.327	950.335	21.940	2.546.602	1.444.563
Passivo					
Câmbio vendido a liquidar	937.884	612.211	12.304	1.562.399	459.823
(-) Importação financiada (Nota 9.a)	(6.481)	-	-	(6.481)	-
Obrigações por compras de câmbio	757.172	316.425	9.741	1.083.338	961.788
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 9.a)	(297.689)	(261.959)	-	(559.648)	(604.635)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	159	-	-	159	96
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 9.a)	769	590	-	1.359	730
Total	1.391.814	667.267	22.045	2.081.126	817.802

11 - OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	Banco			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos salariais	6.138	-	-	-
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	11.718	-	15.597	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	270	-	270	-
Impostos e contribuições a compensar ⁽¹⁾	85.404	-	159.094	-
Pagamentos a ressarcir	895	-	889	-
Participações pagas antecipadamente	-	-	26.897	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito ⁽²⁾	9.519	18.497	9.572	-
Devedores diversos	58.940	-	64.171	-
Total	172.884	18.497	276.490	-

	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos salariais	6.494	-	51	-
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	12.559	-	16.225	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	270	-	270	-
Impostos e contribuições a compensar ⁽¹⁾	102.449	-	190.549	-
Imposto de renda a recuperar	19	-	-	-
Pagamentos a ressarcir	895	-	889	-
Participações pagas antecipadamente	-	-	27.392	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito ⁽²⁾	9.519	18.497	9.572	-
Prêmios de seguros a receber	19	-	2.558	-
Devedores diversos	73.907	-	77.760	-
Total	206.131	18.497	325.266	-

(1) Em 30 de junho de 2020, a rubrica de "Impostos e contribuições a compensar" está composta, substancialmente, por antecipações de imposto de renda e de contribuição social no montante de R\$82.581 (R\$156.849 em 31 de dezembro de 2019), para o Banco, e R\$90.204 (R\$168.884 em 31 de dezembro de 2019), para o Consolidado.

(2) Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, refere-se aos prêmios pagos na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a serem reconhecidos nas demonstrações de resultado do Banco, na rubrica de "Operações de crédito", em razão da fluência do prazo das operações.

12 - OUTROS VALORES E BENS

	Banco				31/12/2019
	30/06/2020				
	Até	De 3 a	De 1 a	Valor	
	3 meses	12 meses	3 anos		
Despesas pagas antecipadamente	2.037	5.221	14.791	22.049	25.241
Total de despesas pagas antecipadamente	2.037	5.221	14.791	22.049	25.241

	Consolidado				31/12/2019
	30/06/2020				
	Até	De 3 a	De 1 a	Valor	
	3 meses	12 meses	3 anos		
Despesas pagas antecipadamente	2.040	5.223	14.791	22.054	25.241
Total de despesas pagas antecipadamente	2.040	5.223	14.791	22.054	25.241

O total de bens não de uso próprio, já deduzidos os valores referentes à provisão para desvalorização, em 30 de junho de 2020, para o individual é de R\$116.273 (R\$108.824 em 31 de dezembro de 2019) e para o consolidado é de R\$116.424 (R\$108.891 em 31 de dezembro de 2019).

13 - DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros pelo Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch (dependência no exterior), incluídas nas Demonstrações Contábeis do Banco, estão apresentados a seguir:

	30/06/2020		31/12/2019	
	US\$ mil	R\$ mil ⁽¹⁾	US\$ mil	R\$ mil ⁽¹⁾
Ativos				
Disponibilidades	976	5.345	248	1.001
Aplicações interfinanceiras de liquidez	24.950	136.626	25.554	103.000
Títulos e valores mobiliários	8.405	46.026	11.792	47.534
Operações de crédito	142.264	779.040	245.787	990.694
Outros créditos	3.570	19.549	5.637	22.721
Outros valores e bens	57	310	-	-
Total de ativos	180.222	986.896	289.018	1.164.950
Passivos				
Depósito à vista	4.878	26.711	1.170	4.717
Depósito a prazo	71.894	393.689	158.511	638.911
Obrigações por empréstimos e repasses	72.610	397.613	74.731	301.219
Outras obrigações diversas	-	-	24.672	99.444
Resultado de exercícios futuros	169	925	284	1.144
Total de passivos	149.551	818.938	259.368	1.045.435

(1) Os montantes em dólares norte-americanos foram convertidos para reais - R\$, com base nas cotações desta moeda de R\$/US\$ 5,4760 e de R\$/US\$4,0307 divulgadas pelo BACEN, respectivamente para as datas de 30 de junho de 2020 e de 31 de dezembro de 2019.

Em 30 de junho de 2020, foi reconhecido no resultado do Banco, receita de variação cambial no montante de R\$28.056 (despesa de R\$1.013 em 30 de junho de 2019) sobre o investimento no Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch.

14 - PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

a) Controladas diretamente

	Daycoval Leasing ⁽¹⁾			Dayprev		
	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019
Ativos totais	1.542.568	1.124.594	1.392.725	34.417	105.272	101.007
Passivos totais	1.043.038	689.210	926.658	231	72.009	67.215
Patrimônio líquido	499.530	435.384	466.067	34.186	33.263	33.793
Deságio na aquisição	(37.387)	(44.289)	(40.838)	-	-	-
Capital social	343.781	206.805	206.805	25.000	25.000	25.000
Quantidade de ações / cotas	5.780.078.463	5.780.078.463	5.780.078.463	19.591.614	19.591.614	19.591.614
% de participação do Banco Daycoval	100,0%	100,0%	100,0%	97,0%	97,0%	97,0%
Valor do investimento ajustado	462.145	391.096	425.229	33.160	32.265	32.696
Lucro líquido no semestre / exercício	33.464	29.480	60.163	486	361	890
Resultado de equivalência patrimonial	33.464	29.480	60.163	472	350	863

	ACS			Daycoval Asset		
	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019
Ativos totais	848.754	795.041	840.262	49.937	44.595	49.093
Passivos totais	21.193	8.642	34.247	2.257	2.077	2.935
Patrimônio líquido	827.561	786.399	806.015	47.680	42.518	46.158
Capital social	623.597	623.448	623.597	1.554	1.554	1.554
Quantidade de ações / cotas	54.225.800	54.212.863	54.225.800	36.875	36.875	36.875
% de participação do Banco Daycoval	100,00%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Valor do investimento ajustado	827.560	786.398	806.014	47.680	42.518	46.158
Lucro líquido no semestre / exercício	26.762	7.640	27.248	1.523	1.837	5.476
Resultado de equivalência patrimonial	26.762	15.468	42.878	1.523	1.837	5.476

b) Controladas indiretamente

	IFP			SCC		
	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019
Ativos totais	255.916	56.378	261.481	13.628	13.351	13.613
Passivos totais	18.585	17.357	18.992	81	114	199
Patrimônio líquido	237.331	39.021	242.489	13.547	13.237	13.414
Capital social	260.020	60.020	260.020	10.020	10.020	10.020
Quantidade de ações / cotas	260.020.000	60.020.000	260.020.000	10.020.000	10.020.000	10.020.000
% de participação do Banco Daycoval	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Valor do investimento ajustado	237.331	39.017	242.489	13.547	13.236	13.414
Lucro líquido no semestre / exercício	(5.158)	(8.218)	(4.749)	132	208	386
Resultado de equivalência patrimonial ⁽³⁾	(5.158)	(8.218)	(4.749)	132	208	386

	Treetop ⁽²⁾		
	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019
Ativos totais	102.799	73.774	78.864
Passivos totais	-	2.318	-
Patrimônio líquido	102.799	71.456	78.864
Capital social	14.613	10.227	10.756
Quantidade de ações / cotas	2.668.585	2.668.585	2.668.585
% de participação do Banco Daycoval	100,0%	100,0%	100,0%
Valor do investimento ajustado	102.799	71.456	78.864
Lucro líquido no semestre / exercício	1.971	2.978	6.989
Resultado de equivalência patrimonial ⁽³⁾	29.152	3.705	8.923

(1) Em 15 de junho de 2020, o Daycoval Leasing realizou aumento de capital de R\$137 milhões mediante incorporação da Reserva Legal e de parte das Reservas Especiais de Lucros.

(2) Em 30 de junho de 2020, foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a) anterior, receita de variação cambial no montante de R\$27.181 (despesa de R\$727 em 30 de junho de 2019) sobre o investimento na Treetop.

(3) Em 30 de junho de 2020, o resultado de equivalência patrimonial monta receita de R\$24.126 (despesa de R\$4.305 em 30 de junho de 2019) que foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a).

15 - IMOBILIZADO DE USO

Banco					
30/06/2020				31/12/2019	
Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Aeronave	10%	75.865	(20.863)	55.002	58.795
Computadores e periféricos	20%	18.921	(12.743)	6.178	4.652
Equipamentos de comunicação	20%	708	(534)	174	197
Equipamentos de segurança	10%	1.457	(961)	496	554
Instalações	10%	669	(650)	19	22
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.974	(4.565)	2.409	2.311
Veículos	20%	2.810	(1.485)	1.325	1.385
		107.404	(41.801)	65.603	67.916

Consolidado					
30/06/2020				31/12/2019	
Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Imóveis de uso	10%	2.725	-	2.725	2.140
Aeronave	10%	75.865	(20.863)	55.002	58.795
Computadores e periféricos	20%	20.008	(13.830)	6.178	4.652
Equipamentos de comunicação	20%	988	(588)	400	424
Equipamentos de segurança	10%	1.457	(961)	496	554
Instalações	10%	3.638	(967)	2.671	1.409
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.242	(5.318)	2.924	2.653
Veículos	20%	4.477	(2.350)	2.127	2.182
		117.400	(44.877)	72.523	72.809

16 - INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO**a) Resumo dos instrumentos de captação**

O quadro a seguir, apresenta resumo dos instrumentos de captação utilizados pelo Daycoval:

Depósitos

À vista
Interfinanceiros
A prazo
Outros depósitos

Obrigações por operações compromissadas**Emissões de títulos**

Letras de crédito imobiliário
Letras de crédito do agronegócio e financeiras
Letras financeiras
Emissões no exterior

Obrigações por empréstimos e repasses

Empréstimos no exterior
Repasse de instituições oficiais

Dívidas subordinadas

Letras financeiras

Total

Banco		Consolidado	
30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
9.654.009	8.395.334	9.590.877	8.319.941
1.119.701	1.082.182	1.117.867	1.081.135
709.575	248.366	709.575	248.366
7.819.218	7.048.185	7.757.920	6.973.839
5.515	16.601	5.515	16.601
1.828.932	2.517.947	1.828.932	2.517.947
15.360.572	12.629.252	14.823.520	12.103.164
960.710	845.898	960.710	845.898
863.961	783.281	863.961	783.281
11.125.416	9.588.530	10.588.364	9.062.442
2.410.485	1.411.543	2.410.485	1.411.543
4.209.919	3.687.403	4.209.919	3.687.403
4.025.984	3.462.187	4.025.984	3.462.187
183.935	225.216	183.935	225.216
454.440	158.095	454.440	158.095
454.440	158.095	454.440	158.095
31.507.872	27.388.031	30.907.688	26.786.550

b) Segregação dos instrumentos de captação por prazo

	Banco						31/12/2019
	30/06/2020						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
							Total
Depósitos	2.177.635	2.409.065	4.332.798	718.829	15.682	9.654.009	8.395.334
À vista	1.119.701	-	-	-	-	1.119.701	1.082.182
Interfinanceiros	246.556	133.436	40.005	287.439	2.139	709.575	248.366
A prazo	805.863	2.275.629	4.292.793	431.390	13.543	7.819.218	7.048.185
Outros depósitos	5.515	-	-	-	-	5.515	16.601
Obrigações por operações compromissadas	1.828.932	-	-	-	-	1.828.932	2.517.947
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.022.741	7.482.630	3.235.033	1.191.500	2.428.668	15.360.572	12.629.252
Letras de crédito imobiliário	159.771	545.729	247.688	1.818	5.704	960.710	845.898
Letras de crédito do agronegócio e financeiras	256.199	600.633	6.875	254	-	863.961	783.281
Letras financeiras ^{(1) (7)}	606.771	6.332.311	2.980.470	1.189.428	16.436	11.125.416	9.588.530
Emissões no exterior ^{(2) (3)}	-	3.957	-	-	2.406.528	2.410.485	1.411.543
Obrigações por empréstimos e repasses	621.804	361.456	359.182	2.524.823	342.654	4.209.919	3.687.403
Empréstimos no exterior	595.659	336.273	313.683	2.450.486	329.883	4.025.984	3.462.187
Obrigações em moedas estrangeiras ⁽⁴⁾	500.999	332.772	110.640	-	-	944.411	894.107
Obrigações por empréstimos no exterior ^{(5) (6)}	94.660	3.501	203.043	2.450.486	329.883	3.081.573	2.568.080
Repasses de instituições oficiais	26.145	25.183	45.499	74.337	12.771	183.935	225.216
BNDES	17.808	14.627	25.231	23.664	929	82.259	110.625
FINAME	8.337	10.556	20.268	50.673	11.842	101.676	114.591
Dívidas subordinadas	-	-	-	11.649	442.791	454.440	158.095
Letras financeiras	-	-	-	11.649	442.791	454.440	158.095
Total	5.651.112	10.253.151	7.927.013	4.446.801	3.229.795	31.507.872	27.388.031

	Consolidado						31/12/2019
	30/06/2020						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Depósitos	2.153.033	2.409.062	4.329.742	683.356	15.684	9.590.877	8.319.941
À vista	1.117.867	-	-	-	-	1.117.867	1.081.135
Interfinanceiros	246.556	133.436	40.005	287.439	2.139	709.575	248.366
A prazo	783.095	2.275.626	4.289.737	395.917	13.545	7.757.920	6.973.839
Outros depósitos	5.515	-	-	-	-	5.515	16.601
Obrigações por operações compromissadas	1.828.932	-	-	-	-	1.828.932	2.517.947
Emissões de títulos	1.022.741	7.466.896	3.235.033	670.182	2.428.668	14.823.520	12.103.164
Letras de crédito imobiliário	159.771	545.729	247.688	1.818	5.704	960.710	845.898
Letras de crédito do agronegócio e financeiras	256.199	600.633	6.875	254	-	863.961	783.281
Letras financeiras ^{(1) (7)}	606.771	6.316.577	2.980.470	668.110	16.436	10.588.364	9.062.442
Emissões no exterior ^{(2) (3)}	-	3.957	-	-	2.406.528	2.410.485	1.411.543
Obrigações por empréstimos e repasses	621.804	361.456	359.182	2.524.823	342.654	4.209.919	3.687.403
Empréstimos no exterior	595.659	336.273	313.683	2.450.486	329.883	4.025.984	3.462.187
Obrigações em moedas estrangeiras ⁽⁴⁾	500.999	332.772	110.640	-	-	944.411	894.107
Obrigações por empréstimos no exterior ^{(5) (6)}	94.660	3.501	203.043	2.450.486	329.883	3.081.573	2.568.080
Repasses de instituições oficiais	26.145	25.183	45.499	74.337	12.771	183.935	225.216
BNDES	17.808	14.627	25.231	23.664	929	82.259	110.625
FINAME	8.337	10.556	20.268	50.673	11.842	101.676	114.591
Dívidas subordinadas	-	-	-	11.649	442.791	454.440	158.095
Letras financeiras	-	-	-	11.649	442.791	454.440	158.095
Total	5.626.510	10.237.414	7.923.957	3.890.010	3.229.797	30.907.688	26.786.550

(1) Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 12 de março de 2019, o Banco concluiu a sétima emissão de Letras Financeiras no montante de R\$2 bilhões, sendo 4 séries no montante de R\$500 milhões cada uma, com vencimentos em 15 de março de 2021, 15 de março de 2022, 15 de março de 2023 e 15 de março de 2024.

(2) Em 13 de dezembro de 2019, o Banco Daycoval emitiu US\$350 milhões em bônus no mercado internacional, e em 04 de fevereiro de 2020, houve uma nova emissão em complemento à anterior no montante de US\$100 milhões em bônus no mercado internacional, ambas com vencimento em 13 de dezembro de 2024. A taxa de remuneração destes instrumentos é de 4,25% a.a.

(3) O título emitido no exterior no montante de US\$350 milhões é objeto de hedge contábil de risco de mercado.

(4) O saldo de "Obrigações em moedas estrangeiras", refere-se às captações para operações comerciais de câmbio, relativas a financiamentos à exportação e importação.

(5) Em 30 de junho de 2020, inclui operações de empréstimos no exterior, no montante de US\$533 milhões (US\$533 milhões em 31 de dezembro de 2019) e €25 milhões (€25 milhões em 31 de dezembro de 2019), objeto de hedge contábil de risco de mercado (Nota 8), cujo valor contábil e valor justo montam, respectivamente, R\$2.797.126 e R\$2.738.056 (R\$2.209.441 e R\$2.205.726 em 31 de dezembro de 2019).

(6) Em dezembro de 2019, o Banco Daycoval S.A. concluiu a captação de US\$425 milhões junto ao BID Invest, membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento voltado ao setor privado. O empréstimo tem prazos entre dois e quatro anos. Os recursos serão repassados a carteira de crédito para empresas seguindo os preceitos acordados entre as partes como, por exemplo, o foco em pequenas e médias empresas, a alocação em regiões de desenvolvimento econômico e social, o investimento em eficiência energética e igualdade de gênero. Estas operações estão reconhecidas na rubrica "Obrigações por empréstimos no exterior".

(7) Inclui a captação de recursos por meio de Letras Financeiras Garantidas, no âmbito da Resolução CMN nº 4.795/20, no montante de R\$2.427.918.

Financial covenants

Não houve descumprimento das cláusulas de covenants atrelados aos contratos de empréstimos com o International Finance Corporation - IFC e com o Inter-American Investment Corporation – IIC, reconhecidos na rubrica de "Obrigações por empréstimos no exterior", que poderiam acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Banco e estas instituições.

c) Dívidas subordinadas (Banco e Consolidado)

Nível de Capital	Instrumento de captação	Datas de emissão	Datas de vencimento	Valor da emissão	% do Indexador	Data de autorização pelo BACEN a compor o Capital		
				(R\$ milhões)				
Nível II	Letra financeira	28/02/2018	05/03/2025	10	120% CDI	04/04/2018		
Nível II	Letra financeira	30/10/2018	30/10/2028	135	122% CDI	30/11/2018		
Complementar - Nível I	Letra financeira	19/02/2020	Perpétuo	50	135% CDI	15/04/2020		
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/04/2020	Perpétuo	240	150% CDI	10/06/2020		
							30/06/2020	31/12/2019
							Total	Total
Letra financeira							454.440	158.095

17 - OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	Banco		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio a pagar (Nota 20.d)	37.863	110.129	37.863	110.129
Programa de participação nos resultados	54.960	97.316	56.459	99.428
Total	92.823	207.445	94.322	209.557

b) Fiscais e previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	173.525	357.408	177.787	372.914
Provisão para contribuição social sobre o lucro	80.355	135.072	92.367	153.557
Impostos e contribuições a recolher	32.406	36.979	36.731	41.610
Total	286.286	529.459	306.885	568.081

c) Outras obrigações diversas

	Banco			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cheques administrativos	-	-	19.937	-
Credores por recursos a liberar	592	-	1.027	-
Valores a pagar a sociedade ligada	522	-	-	-
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros (Nota 9.g)	16.730	5.613	23.800	12.994
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	59.527	-	60.350	-
Credores diversos ⁽²⁾	86.989	-	184.876	-
Total	164.360	5.613	289.990	12.994

	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cheques administrativos	-	-	19.937	-
Credores por recursos a liberar	592	-	1.027	-
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros (Nota 9.g)	16.730	5.613	23.800	12.994
Obrigações por cotas de fundos de investimento ⁽³⁾	19.298	-	19.688	-
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	67.574	-	68.565	-
Credores diversos ⁽²⁾	109.934	-	193.736	1.259
Total	214.128	5.613	326.753	14.253

(1) Em 30 de junho de 2020, a rubrica de "Provisão para pagamentos a efetuar" (Banco e Consolidado) está composta, substancialmente, pelos seguintes itens: (i) despesas de pessoal no montante de R\$31.103 para o Banco e de R\$35.644 para o Consolidado (R\$24.051 para o Banco e R\$28.401 para o Consolidado em 31 de dezembro de 2019); (ii) despesas com fornecedores no montante de R\$10.759 para o Banco e de R\$11.843 para o Consolidado (R\$14.264 para o Banco e R\$15.409 para o Consolidado em 31 de dezembro de 2019); e (iii) comissões a pagar no montante de R\$14.229 para o Banco e Consolidado (R\$17.693 em 31 de dezembro de 2019 para o Banco e Consolidado).

(2) Em 30 de junho de 2020, a rubrica de "Credores diversos" (Banco e Consolidado) está composta, substancialmente, por: (i) cobranças a liberar no montante de R\$5.498 (R\$7.697 em 31 de dezembro de 2019); (ii) títulos descontados recebidos parcialmente, no montante de R\$20.088 (R\$19.968 em 31 de dezembro de 2019); (iii) compromissos derivados de operações de cartões de crédito no montante de R\$31.581 (R\$35.598 em 31 de dezembro de 2019); e (iv) fornecedores a pagar Daycoval Leasing no montante de R\$22.741, para o Consolidado (R\$9.363 em 31 de dezembro de 2019).

(3) Conforme Art. 4º da Resolução CMN nº 4.280/13, os fundos de investimento nos quais o Daycoval, sob qualquer forma, assumia ou retenha substancialmente riscos e benefícios devem ser consolidadas nas Demonstrações Contábeis da instituição controladora. Para fins de comparabilidade dos saldos apresentados, realizamos a consolidação do Fundo nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2019.

18 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS**a) Ativos contingentes**

O Daycoval e suas controladas, não reconheceram ativos contingentes em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.o. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas eventuais decorrentes dos respectivos processos.

O saldo de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas constituído e as respectivas movimentações para o semestre findo em 30 de junho de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão apresentados a seguir:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Obrigações legais - Riscos fiscais	1.589.302	1.530.665	1.589.642	1.530.665
Riscos cíveis	156.336	184.760	156.849	185.247
Riscos trabalhistas	67.164	59.619	81.098	73.522
Total	1.812.802	1.775.044	1.827.589	1.789.434

Riscos	Banco							
	30/06/2020				31/12/2019			
	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final
Fiscais	1.530.665	18.725	39.912	1.589.302	1.907.489	71.182	(448.006)	1.530.665
Cíveis	184.760	-	(28.424)	156.336	164.459	-	20.301	184.760
Trabalhistas	59.619	-	7.545	67.164	53.639	-	5.980	59.619
Total	1.775.044	18.725	19.033	1.812.802	2.125.587	71.182	(421.725)	1.775.044

Riscos	Consolidado							
	30/06/2020				31/12/2019			
	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final
Fiscais	1.530.665	18.726	40.251	1.589.642	1.907.489	71.182	(448.006)	1.530.665
Cíveis	185.247	-	(28.398)	156.849	164.602	-	20.645	185.247
Trabalhistas	73.522	-	7.576	81.098	72.405	-	1.117	73.522
Total	1.789.434	18.726	19.429	1.827.589	2.144.496	71.182	(426.244)	1.789.434

c) Valores depositados em garantias para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Fiscais	1.362.795	1.270.531	1.362.795	1.270.531
Cíveis	36.779	29.357	36.779	29.387
Trabalhistas	8.740	8.689	11.630	11.011
Total	1.408.314	1.308.577	1.411.204	1.310.929

d) O Banco vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns impostos e contribuições e os valores envolvidos estão integralmente provisionados e atualizados:

IRPJ

Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço sendo o valor provisionado de R\$22.411 (R\$22.225 em 31 de dezembro de 2019). O total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R\$22.411 (R\$22.225 em 31 de dezembro de 2019). Em novembro de 2019, os depósitos judiciais do processo ingressado em 2004 foram convertidos em renda para União, dando desfecho ao respectivo litígio. Ainda remanesce o processo relativo aos anos de 1997 a 2002.

CSLL

(i) questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço, contesta a exigência de alíquota diferenciada. Em novembro de 2019, os depósitos judiciais do processo ingressado em 2004 foram convertidos em renda para União, dando desfecho ao respectivo litígio. Ainda remanesce o processo relativo aos anos de 1997 a 2002; e (ii) questiona a majoração da alíquota de 9% para 15%, determinada pela Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727/08 e de 15% para 20%, determinada pela Lei nº 13.169/15, que altera a Lei nº 7.689/88, sendo esta última alteração referente ao período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2019. O valor provisionado monta R\$749.786 (R\$696.875 em 31 de dezembro de 2019) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R\$734.998 (R\$646.534 em 31 de dezembro de 2019).

COFINS

Questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98. O valor provisionado monta R\$680.757 (R\$673.875 em 31 de dezembro de 2019) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R\$496.740 (R\$491.166 em 31 de dezembro de 2019).

PIS

Questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98 e a exigência pela fiscalização de apuração da base de cálculo do PIS em desacordo com as Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97. O valor provisionado monta R\$102.854 (R\$104.429 em 31 de dezembro de 2019) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R\$105.011 (R\$106.971 em 31 de dezembro de 2019).

Outras obrigações legais estão provisionados e montam R\$3.635 (R\$3.635 em 31 de dezembro de 2019) e o total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R\$3.635 (R\$3.635 em 31 de dezembro de 2019).

e) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir:

AIIM nº 4.012.543-9 no montante de R\$54.148, dos quais R\$47.826 são classificados como perda remota, cuja possibilidade de êxito da ação é corroborada com a assinatura do convênio ICMS nº 36 e homologado pelos Decretos paulistas nºs 56.045/2010 e 56.952/2013. Já o montante de R\$6.322 classificados como risco possível foi objeto de pagamento beneficiado pelo PEP – Programa especial de Parcelamento promulgado pelo governo paulista através do Decreto 60.444/2014, no valor de R\$3.857 pagos em 29 de agosto de 2014.

Processo nº 0030121-4.2011.8.16.0021 Execução fiscal de ISS do município de Cascavel-PR, no montante de R\$20, classificado como perda remota, onde é pretendido receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes sediados naquele município.

Processo nº 0160975-31.2016.8.13.0702 Execução fiscal de ISS do município de Uberlândia-MG, no montante de R\$90, classificado como perda remota, onde é pretendido receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes sediados naquele município.

f) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista.

As ações cíveis, em 30 de junho de 2020, montam o risco aproximado de R\$25.407 para o Banco e para o Consolidado (R\$30.625 para o Banco e para o Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Em 30 de junho de 2020, as ações trabalhistas classificadas como perda possível montam R\$1.698 para o Banco e R\$1.699 para o Consolidado (R\$1.938 tanto para o Banco quanto para o Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco ou das empresas integrantes do Consolidado.

19 - TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R\$240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras ⁽¹⁾	20,00%
Contribuição social - instituições não-financeiras ⁽¹⁾	9,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) A Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos Bancos para 20%, a partir de 1º de março de 2020. Para as controladas não financeiras, a alíquota permanece 9%.

(2) As controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativa ficam sujeitas às alíquotas do PIS e da COFINS, respectivamente, de 1,65% e 7,6% sobre as receitas operacionais e 0,65% e 4% sobre suas receitas financeiras. Para as não financeiras sujeitas ao Lucro Presumido, as alíquotas de PIS e da Cofins são 0,65% e 3%.

a) Despesas com impostos e contribuições**i Cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Impostos correntes				
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	1.004.787	533.981	1.033.743	560.405
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes	(452.154)	(213.592)	(465.184)	(224.162)
Adições e exclusões permanentes				
Participações em controladas	27.999	18.854	-	-
Juros sobre capital próprio	40.404	42.516	40.404	42.516
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	19.797	(1.319)	32.009	(3.918)
Outros valores	14.230	(1.692)	14.105	3.918
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(349.724)	(155.233)	(378.666)	(181.646)
Imposto corrente	(296.397)	(196.595)	(313.306)	(227.652)
Imposto diferido	(53.327)	41.362	(65.360)	46.006

ii Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Contribuições ao COFINS	(65.733)	(53.273)	(70.660)	(58.678)
Contribuições ao PIS / PASEP	(10.682)	(8.657)	(11.567)	(9.618)
ISS	(4.855)	(4.833)	(10.080)	(9.173)
Outras despesas tributárias	(3.030)	(2.926)	(3.245)	(3.151)
Total	(84.300)	(69.689)	(95.552)	(80.620)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo)

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.059/02, alterada pela Resolução nº 3.355/06, ambas do CMN, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20%, a partir de 1º de março de 2020, conforme art. 32 da Emenda Constitucional nº103, de 13 de novembro de 2019. Dessa forma, os créditos tributários com previsão de realização após 1º de março de 2020 foram constituídos à alíquota de 20% para a contribuição social. Em 31 de dezembro de 2019, o efeito do reconhecimento do crédito tributário líquido dos passivos diferidos com a alíquota majorada foi de R\$114.071 no Banco.

Em 30 de junho de 2020, o Banco não possuía créditos tributários não ativados. No consolidado, o saldo de créditos tributários não ativados era de R\$7.626 (R\$6.607 em 31 de dezembro de 2019).

c) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	Banco							
	31/12/2019	Constituição	Realização	30/06/2020	31/12/2018	Constituição	Realização	31/12/2019
Créditos tributários								
IR e CSLL diferidos originados por:								
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	181.760	-	-	181.760	162.042	19.718	-	181.760
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	690.077	36.245	(18.116)	708.206	463.466	413.600	(186.989)	690.077
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	56.800	223.577	(170.311)	110.066	24.235	152.706	(120.141)	56.800
Atualização monetária de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	246.831	8.427	-	255.258	278.972	55.899	(88.040)	246.831
Outras adições temporárias	131.993	6.412	(23.785)	114.620	97.142	47.973	(13.122)	131.993
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.307.461	274.661	(212.212)	1.369.910	1.025.857	689.896	(408.292)	1.307.461
	31/12/2019	Constituição	Realização	30/06/2020	31/12/2018	Constituição	Realização	31/12/2019
Obrigações fiscais diferidas								
IR e CSLL diferidos originados por:								
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	17.940	205.465	(114.016)	109.389	12.257	54.729	(49.046)	17.940
Resultados com instrumentos financeiros derivativos não realizados	4.770	39.799	(32.462)	12.107	6.660	20.197	(22.087)	4.770
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	12.746	1.553	-	14.299	8.569	4.177	-	12.746
Atualização monetária de depósitos judiciais	194.465	7.863	-	202.328	228.786	48.416	(82.737)	194.465
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	229.921	254.680	(146.478)	338.123	256.272	127.519	(153.870)	229.921

Para o Consolidado, em 30 de junho de 2020, o total de créditos tributários sobre diferenças temporárias monta R\$1.382.962 (R\$1.319.417 em 2019). As obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias montam R\$388.222 (R\$266.897 em 2019).

d) Previsão de realização e valor presente dos créditos tributários

Até 1 ano
Até 2 anos
Até 3 anos
Até 4 anos
Até 5 anos
Acima de 5 anos
Total

Banco					
30/06/2020			31/12/2019		
Diferenças temporárias			Diferenças temporárias		
IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
226.658	181.330	407.988	215.824	172.306	388.130
212.922	170.341	383.263	185.038	148.038	333.076
10.368	8.294	18.662	6.377	5.690	12.067
4.408	3.173	7.581	3.317	2.654	5.971
308.558	243.673	552.231	317.301	250.668	567.969
103	82	185	138	110	248
763.017	606.893	1.369.910	727.995	579.466	1.307.461

Até 1 ano
Até 2 anos
Até 3 anos
Até 4 anos
Até 5 anos
Acima de 5 anos
Total

Consolidado					
30/06/2020			31/12/2019		
Diferenças temporárias			Diferenças temporárias		
IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
231.586	185.272	416.858	219.828	175.323	395.151
214.351	171.481	385.832	186.640	149.330	335.970
10.931	8.744	19.675	7.129	6.257	13.386
4.645	3.360	8.005	3.622	2.884	6.506
308.656	243.751	552.407	317.408	250.748	568.156
103	82	185	138	110	248
770.271	612.690	1.382.962	734.765	584.652	1.319.417

Em 30 de junho de 2020, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$1.253.455 para o Banco (R\$1.167.212 em 31 de dezembro de 2019) e de R\$1.266.105 para o Consolidado (R\$1.178.518 em 31 de dezembro de 2019), e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Banco e do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2020, o capital social do Banco monta R\$3.557.260 (R\$2.253.595 em 31 de dezembro de 2019, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.890.672.918 ações nominativas (230.820.429 ações nominativas em 31 de dezembro de 2019), sendo 1.323.471.042 ações ordinárias (230.820.429 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019) e 567.201.876 ações preferenciais.

b) Aumento de capital

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2020, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Banco no montante de R\$1.303.665, mediante a incorporação das reservas de capital, legal e estatutárias, representadas por 84.291.724 ações ordinárias bonificadas aos respectivos acionistas. Este aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 13 de maio de 2020.

c) Composição e movimentação do capital social em ações

	30/06/2020	30/06/2019
Ações ordinárias - saldo inicial	230.820.429	230.820.429
Conversão de ações ordinárias em preferenciais ⁽¹⁾	(94.533.646)	-
Bonificação de ações por aumento no capital social ⁽²⁾	84.291.724	-
Desdobramento de ações ⁽³⁾	1.102.892.535	-
Ações ordinárias - saldo final	1.323.471.042	230.820.429
Ações preferenciais - saldo inicial	-	-
Conversão de ações ordinárias em preferenciais ⁽¹⁾	94.533.646	-
Desdobramento de ações ⁽³⁾	472.668.230	-
Ações preferenciais - saldo final	567.201.876	-
Total de ações	1.890.672.918	230.820.429

(1) Conforme Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de fevereiro de 2020, foi deliberada e aprovada a conversão de 94.533.646 ações ordinárias em preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(2) Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2020, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Banco no montante de R\$1.303.665, mediante a incorporação das reservas de capital, legal e estatutárias, representadas por 84.291.724 ações ordinárias bonificadas aos respectivos acionistas. Este aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 13 de maio de 2020.

(3) Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de março de 2020, foi deliberado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da sociedade, de forma que cada 1 ação existente fosse substituída por 6 novas ações. O capital social passou a ser dividido de 315.112.153 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 220.578.507 ordinárias e 94.533.646 preferenciais para 1.890.672.918 ações, sendo 1.323.471.042 ações ordinárias e 567.201.876 ações preferenciais.

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

i) Demonstração do cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios:

	30/06/2020	% ⁽¹⁾	30/06/2019	% ⁽¹⁾
Lucro líquido	655.063		378.748	
(-) Constituição de reserva legal	(32.753)		(18.937)	
Lucro líquido ajustado	622.310		359.811	
Valor bruto dos juros sobre o capital próprio	89.788		106.290	
(-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(13.469)		(15.943)	
Valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios	76.319	12,26	90.347	25,11

(1) Refere-se ao percentual relativo à soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre o lucro líquido ajustado.

ii Juros sobre o capital próprio declarados e/ou pagos, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

Foram declarados e/ou pagos juros sobre o capital próprio ("JCP") que, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado a seguir:

30/06/2020						
Data da RCA	Data da disponibilização	Valor por ação		Valor bruto	IRRF	Valor líquido
		ON	PN			
30/06/2020	15/07/2020	0,02356	0,02356	44.544	(6.682)	37.862
31/03/2020	15/04/2020	0,02393	0,02393	45.244	(6.787)	38.457
Total				89.788	(13.469)	76.319

30/06/2019						
Data da RCA	Data da disponibilização	Valor por ação		Valor bruto	IRRF	Valor líquido
		ON	PN			
28/06/2019	15/07/2019	0,2231	-	51.496	(7.724)	43.772
29/03/2019	15/04/2019	0,2374	-	54.794	(8.219)	46.575
Total				106.290	(15.943)	90.347

iii Dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, além do complemento aos dividendos mínimos obrigatórios conforme disposição estatutária, no valor de R\$74.735, foram propostos dividendos adicionais no montante de R\$125.266 aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 07 de fevereiro de 2020. Os dividendos obrigatórios e os adicionais foram disponibilizados aos acionistas em 13 de fevereiro de 2020.

e) Reserva de lucros

	30/06/2020	30/06/2019
Reserva legal ^{(1) (4)}	32.753	222.676
Reservas estatutárias ^{(2) (4)}	-	775.687
Reservas especiais ^{(3) (4)}	-	-
Total	32.753	998.363

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

(2) Reserva constituída conforme disposição estatutária.

(3) Reserva constituída pelos dividendos propostos adicionais no montante de R\$125.266, conforme mencionado na nota 20.d.iii.

(4) Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2020, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Banco no montante de R\$1.303.665, mediante a incorporação das reservas de capital, legal e estatutárias, representadas por 84.291.724 ações ordinárias bonificadas aos respectivos acionistas. Este aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 13 de maio de 2020.

f) Lucro líquido por ação

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas	655.063	378.748
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações		
Ações ordinárias	458.544	265.124
Ações preferenciais	196.519	113.624
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social ⁽¹⁾		
Ações ordinárias	1.323.471.042	1.323.471.042
Ações preferenciais	567.201.876	567.201.876
Lucro líquido por ação - Básico		
Ações ordinárias	0,3465	0,2003
Ações preferenciais	0,3465	0,2003
Lucro líquido por ação - Diluído		
Ações ordinárias	0,3465	0,2003
Ações preferenciais	0,3465	0,2003

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida durante os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº 3.959/19.

21 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

a) Carteira de crédito

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Operações de crédito	1.801.692	1.461.399	1.810.076	1.466.045
Adiantamento a depositantes	3.215	2.943	3.215	2.943
Conta-garantida / cheque especial	193.174	195.778	193.174	195.778
Títulos descontados	90.131	75.713	90.131	75.713
Repasse - Resolução nº 3.844/10	15.913	2.050	15.913	2.050
Capital de giro	292.282	259.331	292.282	259.331
Cédula de crédito de exportação - CCE	134.834	56.245	134.834	56.245
Repasse - BNDES	5.679	16.146	5.679	16.146
Repasse - FINAME	5.933	5.324	5.933	5.324
Crédito rural	8.017	2.429	8.017	2.429
Financiamento com interveniência	6.881	6.275	6.881	6.275
Financiamento em moeda estrangeira	47.147	6.217	47.147	6.217
CDC Lojista	(1)	(14)	(1)	(14)
Crédito consignado	715.852	615.306	715.852	615.306
Financiamento de veículos	157.287	111.907	157.287	111.907
Financiamento de imóveis	169	-	169	-
Daypag - desconto de cheques despachantes	178	299	178	299
Outras operações de crédito	122.895	98.972	131.279	103.618
Rendas de aquisição de crédito	2.106	6.478	2.106	6.478
Resultado de operações de arrendamento mercantil	-	-	77.142	74.202
Receitas de arrendamento mercantil	-	-	277.689	220.021
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	-	-	235.426	182.696
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	-	-	34.810	27.477
Arrendamento mercantil financeiro – recursos externos	-	-	-	8
Arrendamento mercantil operacional – recursos externos	-	-	-	33
Lucro na alienação de bens arrendados	-	-	7.453	9.807
Despesas de arrendamento mercantil	-	-	(200.547)	(145.819)
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	-	-	(173.840)	(128.463)
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	-	-	(454)	(142)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	-	-	(26.253)	(17.214)
Outros créditos com características de concessão de crédito	215.762	174.874	215.762	174.874
ACC / ACE	26.823	19.656	26.823	19.656
Rendas de aquisição de recebíveis sem direito de regresso	188.939	155.218	188.939	155.218
Recuperações de operações de crédito e de arrendamento mercantil	34.575	102.320	35.146	102.569
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.e)	34.575	102.320	34.575	102.320
Recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.e)	-	-	571	249
Total	2.052.029	1.738.593	2.138.126	1.817.690

b) Operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Títulos e valores mobiliários				
Títulos de renda fixa	43.715	51.537	48.827	55.834
Títulos de renda variável	69	4	69	15
Aplicações em cotas de fundos de investimento	223	2.171	(4.082)	8.576
Resultado na alienação de títulos e valores mobiliários	153	342	153	342
Ajuste a valor de mercado	(5.069)	(411)	(6.798)	(629)
Aplicações no exterior	45.316	451	45.316	451
Desvalorização de aplicações em cotas de fundos de investimento	(126)	(7)	(126)	(7)
Total	84.281	54.087	83.359	64.582
Instrumentos financeiros derivativos				
Ganhos				
Swap	3.057.128	1.547.454	3.057.128	1.547.454
Termo ("NDF")	568.377	214.145	568.377	214.145
Futuro	273.784	79.812	273.784	79.812
Opções	37.526	2.426	37.526	2.426
Perdas				
Swap	(1.689.317)	(1.590.231)	(1.689.317)	(1.590.231)
Termo ("NDF")	(334.148)	(207.477)	(334.148)	(207.477)
Futuro	(305.688)	(132.534)	(305.688)	(132.534)
Opções	(52.681)	-	(52.681)	-
Total ⁽¹⁾	1.554.981	(86.405)	1.554.981	(86.405)
Total	1.639.262	(32.318)	1.638.340	(21.823)

(1) Em 30 de junho de 2020, o resultado com instrumentos financeiros derivativos, inclui ganhos líquidos de marcação a mercado no montante de R\$114.917 (perdas líquidas de marcação a mercado no montante de R\$14.450 em 30 de junho de 2019) tanto para o Banco quanto para o Consolidado.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Operações compromissadas ativas	108.238	162.091	108.238	162.091
Posição bancada	67.777	116.271	67.777	116.271
Posição financiada	40.461	45.820	40.461	45.820
Operações compromissadas passivas	(45.361)	(59.865)	(45.361)	(59.865)
Carteira própria	(3.412)	(4.307)	(3.412)	(4.307)
Carteira de terceiros	(41.949)	(55.558)	(41.949)	(55.558)
Resultado de operações compromissadas	62.877	102.226	62.877	102.226
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Pré-fixados	21.602	23.432	8.062	10.138
Pós-fixados	814	-	814	-
Total	22.416	23.432	8.876	10.138
Total	85.293	125.658	71.753	112.364

d) Operações de câmbio

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de operações de câmbio	32.595	21.009	32.595	21.009
Despesas de operações de câmbio	(23.723)	(18.526)	(17.377)	(13.412)
Variações cambiais	15.472	60.306	15.472	60.306
Total	24.344	62.789	30.690	67.903

DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

e) Depósitos interfinanceiros e a prazo e emissões de títulos no Brasil e no exterior

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Depósitos interfinanceiros	(10.145)	(12.693)	(10.145)	(12.693)
Pré-fixados	(954)	(18)	(954)	(18)
Pós-fixados	(9.191)	(12.675)	(9.191)	(12.675)
Depósitos a prazo	(130.186)	(140.347)	(128.863)	(138.136)
Pré-fixados	(3.632)	(3.576)	(2.624)	(3.576)
Pós-fixados	(119.711)	(130.229)	(119.396)	(128.018)
Vinculados à operações ativas (Resolução CMN nº 2.921/02) (Nota 9.f)	(1.106)	(2.401)	(1.106)	(2.401)
Variação cambial	(34)	(95)	(34)	(95)
Despesas de contribuição ao FGC	(5.703)	(4.046)	(5.703)	(4.046)
Total	(140.331)	(153.040)	(139.008)	(150.829)
Letras de crédito imobiliário	(16.194)	(26.859)	(16.194)	(26.859)
Pré-fixados	(2.107)	(2.515)	(2.107)	(2.515)
Pós-fixados	(14.087)	(24.344)	(14.087)	(24.344)
Letras de crédito do agronegócio	(14.258)	(21.941)	(14.258)	(21.941)
Pré-fixados	(865)	(2.520)	(865)	(2.520)
Pós-fixados	(13.393)	(19.421)	(13.393)	(19.421)
Letras financeiras	(197.767)	(333.262)	(186.804)	(313.131)
Pré-fixados	(20.951)	(21.756)	(20.951)	(21.756)
Pós-fixados	(176.816)	(311.506)	(165.853)	(291.375)
Total	(228.219)	(382.062)	(217.256)	(361.931)
Emissões no exterior				
Encargos	(54.131)	(26.357)	(54.131)	(25.781)
Variação cambial	(628.835)	20.200	(628.835)	20.200
Ajuste a valor justo de emissões objeto de hedge	19.676	(4.546)	19.676	(4.546)
Total	(663.290)	(10.703)	(663.290)	(10.127)
Total	(1.031.840)	(545.805)	(1.019.554)	(522.887)

f) Obrigações por empréstimos e repasses (Banco e Consolidado)

	30/06/2020	30/06/2019
Empréstimos no exterior	(794.393)	(9.251)
Encargos	(48.475)	(21.996)
Variação cambial	(801.273)	16.612
Ajuste a valor justo de empréstimos objeto de hedge	55.355	(3.867)
Obrigações com bancos no exterior	(257.902)	(2.782)
Encargos	(16.134)	(12.276)
Variação cambial	(241.768)	9.494
Operações de repasses - instituições oficiais	(6.957)	(13.890)
BNDES	(3.208)	(10.283)
FINAME	(3.749)	(3.607)
Total	(1.059.252)	(25.923)

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

g) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Honorários da diretoria e Conselho de Administração	(36.907)	(28.897)	(38.422)	(29.927)
Benefícios	(30.198)	(25.761)	(35.422)	(30.158)
Encargos sociais	(39.512)	(32.835)	(44.542)	(37.126)
Proventos	(96.636)	(83.910)	(112.164)	(97.084)
Treinamento	(40)	(34)	(43)	(34)
Remuneração de estagiários	(536)	(597)	(536)	(623)
Total	(203.829)	(172.034)	(231.129)	(194.952)

h) Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de água, energia e gás	(1.116)	(1.164)	(1.479)	(1.572)
Despesas de aluguéis e seguros	(10.571)	(9.464)	(10.977)	(12.569)
Despesas de comunicações	(6.277)	(4.865)	(7.080)	(5.468)
Despesas de contribuições filantrópicas	(5.009)	(2.163)	(5.557)	(2.163)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(2.772)	(3.060)	(3.121)	(3.854)
Despesas com materiais	(845)	(1.568)	(1.070)	(1.647)
Despesas de processamento de dados	(43.981)	(35.693)	(45.268)	(36.841)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(15.120)	(15.970)	(15.790)	(16.816)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados ⁽¹⁾	(150.618)	(159.434)	(142.431)	(142.097)
Outras despesas administrativas	(20.618)	(19.561)	(21.307)	(23.090)
Total	(256.927)	(252.942)	(254.080)	(246.117)

(1) Inclui o reconhecimento das despesas de comissão pagas antecipadamente a terceiros, por origemação de operações de crédito.

i) Outras receitas e despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Variação cambial ⁽¹⁾	28.056	-	55.509	-
Atualização de depósitos judiciais	18.121	36.514	18.153	36.712
Outras receitas operacionais	3.467	4.500	7.687	5.871
Recuperação de encargos e despesas	-	-	-	204
Total	49.644	41.014	81.349	42.787
Variação cambial	(288)	(3.463)	(311)	(4.190)
Outras despesas operacionais ⁽²⁾	(49.475)	(42.095)	(49.789)	(45.237)
Despesas com juros	(692)	(15.212)	(742)	(15.213)
Total	(50.455)	(60.770)	(50.842)	(64.640)
Total	(811)	(19.756)	30.507	(21.853)

(1) Refere-se à reclassificação da variação cambial sobre investimentos no exterior, não eliminadas no processo de consolidação das demonstrações contábeis.

(2) As outras despesas operacionais para o semestre findo em 30 de junho de 2020, estão compostas, substancialmente, da seguinte forma: (i) descontos e ressarcimentos em operações de crédito - R\$27.921 para o Banco e para o Consolidado (R\$11.384 para o Banco e para o Consolidado em 30 de junho de 2019); (ii) liquidação de processos judiciais - R\$14.456 para o Banco e para o Consolidado (R\$7.092 para o Banco e R\$7.501 para o Consolidado em 30 de junho de 2019); e (iii) provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre repasses de crédito consignado - R\$11.289 para o Banco e para o Consolidado (R\$27.964 para o Banco e R\$27.977 para o Consolidado em 30 de junho de 2019).

22 - PARTES RELACIONADAS

O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da publicação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) da Resolução nº 4.693/18, disciplinou as condições e os limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil, definindo o conceito de participação qualificada como a participação, direta ou indireta, em outra sociedade, equivalente ou superior a 15% (quinze por cento) das ações ou quotas representativas.

A Resolução também estabeleceu que o somatório dos saldos das operações de crédito contratadas com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido ajustado (PLA), observados os limites individuais de 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica, conforme previsto no artigo 7º da Resolução. Esses limites devem ser apurados na data da concessão da operação de crédito.

- a) **As empresas controladas, direta e indiretamente, e os acionistas do Banco, realizam transações, com o próprio Banco, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis às praticadas pelo mercado vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações.**

O quadro a seguir apresenta o saldo das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019:

Transações	Banco			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos interfinanceiros	735.525	13.541	677.538	30.812
Controladas diretas	735.525	13.541	677.538	30.812
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	735.525	13.541	677.538	30.812
Operações de crédito	-	-	402	2
Pessoal chave da administração	-	-	321	2
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	-	-	81	-
Depósitos à vista	(3.532)	-	(3.526)	-
Controladas diretas	(38)	-	(290)	-
ACS Participações Ltda.	(5)	-	(28)	-
Daycoval Asset Management Ltda.	(24)	-	(48)	-
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	-	-	(193)	-
Dayprev Vida e Previdência S.A.	(9)	-	(21)	-
Controladas indiretas	(101)	-	(756)	-
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(97)	-	(391)	-
SCC Agência de Turismo Ltda.	(4)	-	(11)	-
Treetop Investments Ltd.	-	-	(354)	-
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	(134)	-	(14)	-
Criar Corretora de Seguros Ltda.	(88)	-	-	-
Daycoval Metais Ltda.	(3)	-	-	-
Paratei Agropecuária e Imobiliária Ltda.	(1)	-	(3)	-
Shtar Empreendimentos e Participações S.A.	(2)	-	(5)	-
SLA Serviços Administrativos S/S Ltda.	(27)	-	-	-
Valco Adm. Part. e Representações Ltda.	(11)	-	(6)	-
Yona Participações Ltda.	(2)	-	-	-
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(3.259)	-	(2.466)	-
Depósitos a prazo	(188.621)	(378.577)	(353.960)	(151.224)
Controladas diretas	-	-	-	(2)
ACS Participações Ltda.	-	-	-	(2)
Controladas indiretas	(61.298)	(5.841)	(74.346)	(11.345)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(33.493)	(753)	(43.137)	(3.113)
SCC Agência de Turismo Ltda.	(13.343)	(255)	(13.217)	(828)
Treetop Investments Ltd.	(14.462)	(4.833)	(17.992)	(7.404)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(127.323)	(372.736)	(279.614)	(139.877)

Transações	Banco			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Letras financeiras	(713.028)	(7.250)	(698.805)	(68.216)
Controladas diretas	(379.599)	(7.938)	(371.660)	(32.123)
ACS Participações Ltda.	(379.599)	(7.938)	(371.660)	(32.123)
Controladas indiretas	(157.453)	(3.025)	(154.428)	(4.428)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(157.453)	(3.025)	(154.428)	(4.428)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(175.976)	3.713	(172.717)	(31.665)
Letras de crédito do agronegócio	(2.366)	(3.639)	(7.491)	(9.917)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(2.366)	(3.639)	(7.491)	(9.917)
Letras de crédito imobiliário	(31.180)	(43)	(28.881)	(4.234)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(31.180)	(43)	(28.881)	(4.234)
Despesas antecipadas	-	-	-	(17.205)
Controladas indiretas	-	-	-	(17.205)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	-	-	-	(17.205)

b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas em 30 de junho de 2020, quais sejam:

Transações	Taxa de remuneração ⁽¹⁾	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total ativo (passivo)
Depósitos interfinanceiros		-	735.525	-	-	-	735.525
Controladas diretas		-	735.525	-	-	-	735.525
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	Pós	-	735.525	-	-	-	735.525
Depósitos a prazo		(22.975)	(9.598)	(14.118)	(150.409)	(5.799)	(202.899)
Controladas indiretas		(22.768)	-	(3.057)	(49.752)	-	(75.577)
Criar Corretora de Seguros Ltda.	Pós	-	-	-	(8.498)	-	(8.498)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	(9.228)	-	(3.057)	(21.208)	-	(33.493)
JD Prestação de Serviços Adm. Eireli	Pós	-	-	-	-	-	-
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	(13.343)	-	-	-	-	(13.343)
Shtar Empreendimentos e Participações S.A.	Pós	-	-	-	(2.408)	-	(2.408)
Valco Adm. Part. e Representações Ltda.	Pós	-	-	-	(3.373)	-	(3.373)
Treetop Investments Ltd.	Pré	(197)	-	-	(14.265)	-	(14.462)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas		(207)	(9.598)	(11.061)	(100.657)	(5.799)	(127.322)
Letras financeiras		(5.702)	(25.401)	(10.627)	(666.863)	(4.433)	(713.026)
Controladas diretas		-	(15.734)	-	(363.865)	-	(379.599)
ACS Participações Ltda.	Pré / Pós	-	(15.734)	-	(363.865)	-	(379.599)
Controladas indiretas		-	-	-	(157.453)	-	(157.453)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	-	(157.453)	-	(157.453)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas		(5.702)	(9.667)	(10.627)	(145.545)	(4.433)	(175.974)
Letras de crédito do agronegócio		(472)	(1.584)	(56)	(254)	-	(2.366)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(472)	(1.584)	(56)	(254)	-	(2.366)
Letras de crédito imobiliário		(2.971)	(12.971)	(9.533)	-	(5.705)	(31.180)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(2.971)	(12.971)	(9.533)	-	(5.705)	(31.180)

(1) As taxas de remuneração variam de: (i) Pré-fixadas de 3,92% a 17,4% a.a.; e (ii) Pós-fixadas de 95,5% a 115% do CDI.

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, foi fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 07 de fevereiro de 2020, o montante global de remuneração de até R\$85 milhões (R\$70 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

	30/06/2020	30/06/2019
Remuneração (pró-labore)	36.907	28.897
Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)	561	548
Total de remuneração	37.468	29.445

O Banco não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

d) Participação acionária

Os administradores do Daycoval, possuíam em conjunto a seguinte participação acionária no capital do Banco em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019:

	30/06/2020	31/12/2019
Ações ordinárias (ON)	100,00%	100,00%
Ações preferenciais (PN)	100,00%	-

23 - VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação e hierarquia do valor justo

O Daycoval utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

Classificação contábil	Banco			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos privados	307.454	-	218.174	-
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	1.474.921	-	141.066
Mercado futuro	7.170	-	8.718	-
Por meio de outros resultados abrangentes - PL				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos federais	2.119.568	-	1.014.695	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	8.798	-	47.533
Títulos privados	-	1.745	-	1.878
Cotas de fundos de investimento	44.670	-	71.252	-
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado				
Emissões no exterior				
Emissões no exterior (Bonds)	-	2.410.485	-	1.411.543
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior	-	2.738.056	-	2.205.726
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	36.257	-	100.975
Mercado futuro	7.695	-	5.292	-
Classificação contábil	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos privados	307.454	-	218.174	-
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	1.474.921	-	141.066
Mercado futuro	7.170	-	8.718	-
Por meio de outros resultados abrangentes - PL (disponíveis para venda)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos federais	2.153.443	-	1.048.405	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	82.554	-	99.150
Títulos privados	-	1.813	-	1.942
Cotas de fundos de investimento	197.020	-	219.676	-
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado				
Emissões de títulos				
Emissões no exterior (Bonds)	-	2.410.485	-	1.411.543
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior	-	2.738.056	-	2.205.726
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	36.257	-	100.975
Mercado futuro	7.695	-	5.292	-

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o Daycoval não possuía nenhum instrumento financeiro classificado na categoria Nível 3.

b) Método de apuração do valor justo

Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, consideram técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

Títulos e valores mobiliários

Os preços dos títulos e valores mobiliários cotados a mercado, são os melhores indicadores de seus respectivos valores justos. Cabe ressaltar que, para determinados instrumentos financeiros, não há liquidez de transações e/ou cotações disponíveis e, desta forma, é necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas ou preços fornecidos por outros agentes de mercado que transacionam tais títulos. Os valores justos de títulos de dívida (ex.: debêntures) de empresas são calculados, descontando-se os fluxos de caixa estimados, com base em taxas de juros praticadas no mercado e aplicáveis para cada fluxo de pagamento ou vencimento destas dívidas. Os valores justos das cotas referentes às aplicações em fundos de investimento, são disponibilizados por seus respectivos administradores.

Derivativos

• **Swaps:** os fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de juros ou outros indexadores que refletem os fatores de risco, com base nos preços de derivativos cotados na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de juros são utilizadas para se obter o valor justo de swaps.

• **Futuros e Termo ("NDF"):** cotações em bolsas ou com base nos mesmos critérios de avaliação a valor justo dos contratos de swaps.

• **Opções:** apurados com base em modelos matemáticos, utilizando-se de dados de mercado como volatilidade implícita, curva de juros e o valor justo do ativo objetivo.

Emissões no exterior e obrigações por empréstimos

São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

c) Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido.

Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

Classificação contábil	Banco			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.554.674	8.059.170	5.557.213	5.547.032
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	22.090.425	22.929.971	23.479.962	23.801.409
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	16.528	19.013	12.165	12.994
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	21.478.880	21.658.551	18.514.260	18.142.242
Obrigações por empréstimos e repasses	1.471.863	1.233.407	1.481.677	1.461.654

Classificação contábil	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.819.148	7.323.645	4.879.675	4.869.494
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	22.090.425	22.929.971	23.479.962	23.801.409
Operações de arrendamento mercantil	1.315.132	1.553.594	1.203.818	1.426.595
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	16.528	19.013	12.165	12.994
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	20.880.530	21.060.201	17.913.826	17.541.808
Obrigações por empréstimos e repasses	1.471.863	1.233.407	1.481.677	1.461.654

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de "Nível 2" e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

24 - GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Daycoval entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor às entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. Por isso, realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, socioambiental e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações.

O Daycoval, além de estar alinhado com as exigências contidas na Resolução CMN nº 4.557, entende a gestão integrada de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor à instituição, aos acionistas, funcionários e clientes. Sendo assim, estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento e de retorno de investimentos e os riscos a eles associados, permitindo explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização.

A estruturação do processo de Gestão Integrada de Riscos Corporativos, contribui para uma melhor Governança Corporativa, que é um dos focos estratégicos do Daycoval, e foi desenvolvida ponderando os objetivos, as demandas e a cultura institucional.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar os objetivos das unidades de negócio. Nesse contexto, o Comitê de Riscos constituído e os gestores de riscos desempenham papel importante nas diversas áreas do Banco, para assegurar o crescimento contínuo e sustentável da instituição.

As Gerências de Risco têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pela Instituição, e informar a exposição à alta administração, às áreas de negócio e aos órgãos reguladores.

Além da exigência de implementação da estrutura de gerenciamento integrado de risco e de capital, a Resolução CMN nº 4.557/17 também exigiu que as instituições preparem a Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e a constituição de Comitê de Gerenciamento de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

a) Gerenciamento de capital

O Conselho de Administração, órgão máximo no gerenciamento de capital do Daycoval, é o responsável por aprovar a Política de Gerenciamento de Capital, o nível aceitável de capital, aprovar o plano de capital e determinar quando o plano de contingência deve ser acionado, além de revisar as políticas e as estratégias para o gerenciamento de capital, bem como o plano de capital, no mínimo anualmente, de forma a determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da instituição e com as condições de mercado.

i Requerimento de capital (Basileia)

Os requerimentos mínimos de capital do Banco Daycoval estão apresentados na forma do Indicador de Basileia, que resulta da divisão do Patrimônio de Referência (PR) pelo Patrimônio Mínimo Exigido, compostos pela somatória das parcelas dos ativos ponderados pelo risco ("Risk weighted assets" ou RWA), multiplicado pelo percentual de exigência mínima de capital que, atualmente, é de 8,00%. Estes requerimentos mínimos fazem parte de um conjunto de normativos divulgados pelo BACEN, com o objetivo de implantar padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III.

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

O Patrimônio de Referência ("PR") é definido como a soma do Nível I (capital principal e capital complementar) e do Nível II, sendo estes calculados de forma consolidada, considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial que, para o Banco Daycoval, incluem as operações do Banco, de sua dependência no exterior e do Daycoval Leasing.

As Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13, estabelecem os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência ("PR"), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal considerando os seguintes percentuais:

	% mínimo de Capital	
	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência ("PR") - mínimo exigido	8,00%	8,00%
Nível I	6,00%	6,00%
Capital principal	4,50%	4,50%
Capital complementar	1,50%	1,50%
Nível II	2,00%	2,00%
Adicional de capital principal ("ACP")	1,25%	2,50%
ACP - Conservação ⁽¹⁾	1,25%	2,50%
ACP - Contracíclico ⁽²⁾	0,00%	0,00%
ACP - Sistêmico ⁽³⁾	0,00%	0,00%
Exigência total de capital (PR + ACP)	9,25%	10,50%

(1) A Resolução CMN nº 4.783/20, estabeleceu a redução do Adicional de Capital Principal de Conservação (ACP Conservação), a partir de 1º de abril de 2020, de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano após esse período, sendo que a exigência será gradualmente restabelecida até 31 de março de 2022 ao patamar de 2,5%.

(2) Conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.769/15, no Art 3º, o percentual do ACP Contracíclico é igual a 0%.

(3) O Adicional de Importância Sistêmica (ACP Sistêmico) é apurado com base em critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.768/15. O percentual do ACP Sistêmico é de até 2%, desde que a razão entre Exposição total, apurada conforme Art. 2º, inciso II, da Circular BACEN nº 3.748/15, relativo a 31 de dezembro do penúltimo ano em relação à data-base de apuração, e o PIB brasileiro, seja superior a 10%, caso contrário o percentual de ACP Sistêmico é igual a 0%.

A composição do Patrimônio de Referência, do Patrimônio Mínimo Exigido, dos ativos ponderados pelo risco ("RWA") e do indicador de Basileia, estão

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência	4.561.350	3.823.451
Patrimônio de referência - Nível I	4.402.182	3.665.356
Capital principal	4.109.240	3.665.356
Patrimônio líquido	4.120.741	3.695.159
Ajustes prudenciais - Resolução CMN nº 4.192/13	(11.501)	(29.803)
Capital complementar	292.942	-
Letras financeiras perpétuas (Nota 16.c)	292.942	-
Patrimônio de referência - Nível II	159.168	158.095
Letras financeiras subordinadas (Nota 16.c)	159.168	158.095
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8%)	2.180.260	2.166.219
Ativos ponderados pelo risco ("RWA")	27.253.247	27.077.734
Risco de crédito	24.268.269	24.620.899
Risco de mercado	1.405.068	885.957
Exposição cambial - RWAcam	951.907	385.655
Exposição à taxa de juros pré-fixada - RWAjur1	194.490	267.062
Exposição ao cupom cambial - RWAjur2	168.558	113.114
Exposição à inflação - RWAjur3	4.547	5.530
Exposição a ativos de renda variável - RWApacs	85.566	114.596
Risco operacional - RWAopad	1.579.910	1.570.878
Indicador de Basileia	16,74%	14,12%
Indicador de Basileia - Capital Nível I	16,15%	13,54%
Indicador de Basileia - Capital Nível II	0,58%	0,58%
Exposição de ativos à taxa de juros na carteira bancária (Banking Book) ⁽¹⁾	454.315	154.479
Excedente do Patrimônio de referência		
Sobre a exigência mínima	109,21%	76,50%
Sobre a exigência total	80,94%	34,48%

(1) De acordo com a Circular BACEN nº 3.876/18, que dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book), a partir de 1º de janeiro de 2020, o Banco passou a adotar as métricas de cálculos do ΔEVE (Economic Value of Equity) e do ΔNII (Net Interest Income), conforme definido nesta circular.

b) Risco de mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

i Principais riscos de mercado aos quais o Daycoval está exposto:

Risco preço de taxa de juros

Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em:

- Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos.
- Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva.

Risco de preço de tipo de câmbio

Definido como a sensibilidade do valor das posições em moedas estrangeiras às mudanças no tipo de câmbio.

Risco de preço de valores

Definido como a sensibilidade do valor das posições abertas em títulos perante movimentos adversos dos preços de mercado dos mesmos. Podem ser classificados em:

- Risco genérico ou sistemático: sensibilidade do valor de uma posição a mudanças no nível de preços geral;
- Risco específico: sensibilidade do valor não explicada por mudanças no nível de preços geral e relacionada com as características próprias do emissor.

Risco de preço de commodities

É o risco derivado do efeito das mudanças potenciais nos preços das commodities no portfólio.

ii Metodologias de gestão de Risco de Mercado

Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco ou VaR (Value-at-Risk) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de Trading (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado que, em condições normais de mercado, pode ocasionar uma determinada posição ou carteira, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos.

Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação.

Metodologia Paramétrica

Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições.

Carteira bancária (Banking Book)

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- ΔE VE (Delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NI (Delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

iii Teste de Estresse

É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado.

iv Análise de Cenários

O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco.

Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo.

Na definição dos cenários, são considerados:

- A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas;
- O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados.

Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira Trading: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira Banking: refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade, em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Trading e Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Trading e Banking para as datas-base de 30 de junho de 2020 e de 31 de dezembro de 2019:

Fatores de risco	30/06/2020			31/12/2019		
	Cenários			Cenários		
	1	2	3	1	2	3
Pré-fixado	(14.305)	(21.067)	(27.765)	(18.811)	(33.139)	(47.175)
Moedas estrangeiras	27.118	84.055	137.390	23.959	49.502	76.783
Índices de preços	(7)	(15)	(22)	(112)	(127)	(140)
Renda variável	(7.701)	(16.471)	(25.242)	(8.595)	(20.771)	(32.946)
Captação	(1.083)	(1.588)	(2.085)	(2.017)	(2.953)	(5.228)
Outros	(410)	(876)	(1.345)	(504)	(770)	(1.036)
Total carteira de negociação (Trading Book)	3.612	44.038	80.931	(6.080)	(8.258)	(9.742)
Total carteira bancária (Banking Book)	(275.371)	(416.832)	(517.479)	(279.324)	(470.008)	(653.347)
Total geral	(271.759)	(372.794)	(436.548)	(285.404)	(478.266)	(663.089)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$6,16 (R\$/US\$4,57 em 31 de dezembro de 2019); (ii) taxa de juros pré-fixada de 4,89%a.a. (7,05%a.a. em 31 de dezembro de 2019); (iii) Ibovespa de 77.945 pontos (98.298 pontos em 31 de dezembro de 2019); e (iv) cupom cambial de 3,87% a.a. (5,34%a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- Cenário 2: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$7,69 (R\$/US\$5,72 em 31 de dezembro de 2019); (ii) taxa de juros pré-fixada de 6,11%a.a. (8,81%a.a. em 31 de dezembro de 2019); (iii) Ibovespa de 58.459 pontos (73.723 pontos em 31 de dezembro de 2019); e (iv) cupom cambial de 4,84%a.a. (6,68%a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- Cenário 3: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$6,16 (R\$/US\$6,86 em 31 de dezembro de 2019); (ii) taxa de juros pré-fixada de 7,34%a.a. (10,58%a.a. em 31 de dezembro de 2019); (iii) Ibovespa de 38.973 pontos (49.149 pontos em 31 de dezembro de 2019); e (iv) cupom cambial de 5,81%a.a. (8,01%a.a. em 31 de dezembro de 2019).

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas demonstrações financeiras. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Trading e Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

v Backtesting

A análise de Backtesting fornece a comparação entre uma estimativa de perda/ganho ex-ante e a perda/ganho efetivos. O intuito é avaliar a adequação e eficiência do modelo de risco implementado. Para efeitos de backtesting, utilizam-se perdas/ganhos efetivos para cada unidade de negócio.

c) Risco de liquidez

Define-se Risco de Liquidez a possibilidade de decorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais fatores de risco de liquidez podem ser de origem externa ou interna:

i Principais Fatores de Riscos Externos:

- Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais;
- Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador;
- Situações do comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema;
- Avaliações de agências de ratings: risco soberano e risco da Instituição;
- Escassez de recursos no mercado.

ii Principais Fatores de Riscos Internos:

- Apetite de risco do Banco e definição do nível aceitável de liquidez;
- Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados;
- Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito;
- Covenants assumidos pela Instituição: financeiro, econômico e referentes a gestão ambiental;
- Aumento no nível de resgates antecipados das captações ou de operações com cláusula de liquidez imediata ou com carência;
- Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez;
- Alavancagem.

Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos e prazos entre recebimentos e compromissos; tanto no curto, quanto no médio e longo prazos.

Os controles de risco de liquidez são realizados com alta periodicidade no portfólio, neste sentido, é avaliado o equilíbrio entre as obrigações e recebimentos dos books da instituição. Além de uma minuciosa análise dos fluxos de caixa, cenários extremos de risco de liquidez são considerados, assim como triggers de atuação.

d) Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

i Classificação das Operações

Para classificação das operações de crédito, o Daycoval utiliza-se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecerão o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil.

ii Modelos de Credit Scoring Daycoval

São modelos desenvolvidos com abordagem estatística e utilizados para classificação de risco no processo de concessão de crédito, após a aplicação das políticas de crédito pré-analisadas e aprovadas com dados do cliente, bem como operações confirmadas e procedentes. Destaca-se ainda, que os bens objetos de financiamentos, para efeito de desenvolvimento do modelo de score são categorizados e obtida uma classificação do risco para cada produto.

iii Tesouraria – Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras

Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, através de análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas.

e) Risco operacional

É possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na gestão de riscos operacionais, o Banco conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos.

f) Responsabilidade socioambiental

A possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, em cada entidade individualmente, pertencentes ao Grupo Daycoval, respeitando os seguintes princípios:

- Relevância: estabelece como critério de relevância, o segmento de maior representatividade no seu portfólio de produtos.
- Proporcionalidade: estabelece como critério de proporcionalidade, as operações de crédito do Segmento Empresa (considerado de maior relevância), cuja atividade econômica possa apresentar maior risco de causar danos socioambientais associado ao valor total do endividamento do cliente.

Para assegurar o gerenciamento contínuo do risco socioambiental, observando os princípios acima, foram estabelecidos os procedimentos a seguir:

Todos os clientes do segmento Empresa, no processo de cadastramento, devem ter atribuição do nível de impacto ambiental para os códigos de atividade, conforme determinado pela legislação vigente, bem como constar no relatório de crédito a avaliação, por meio de questionário prévio, os aspectos socioambientais.

Todos os contratos de operações de crédito devem, quando aplicável, ter cláusulas contratuais específicas quanto ao compromisso e obrigatoriedade do devedor em observar e cumprir rigorosamente a legislação socioambiental, trabalhista, especialmente as normas relativas à saúde e segurança ocupacional e à inexistência de trabalho análogo ao escravo ou infantil.

Os imóveis em garantia devem ser avaliados por empresa especializada em imóveis rurais e urbanos e considerar a regularidade do imóvel, incluindo aspecto socioambiental nos órgãos federais e estaduais competentes.

Quando tratar-se de um imóvel rural oferecido em garantia, deve ser verificado, no processo de concessão de crédito, a averbação da reserva legal na matrícula do imóvel rural ou no cadastro ambiental rural (CAR), ou documento firmado com o órgão competente, em cumprimento à legislação vigente aplicável.

Nas avaliações realizadas nos imóveis rurais oferecidos em garantia, deve-se constar:

- Restrição ao uso, incluindo restrições relacionadas a zoneamento, parcelamento de solo, preservação do patrimônio arqueológico e histórico, restrição de atividades devido à inserção em APA (Área de Preservação Ambiental) ou APP (Área de Preservação Permanente), que atende às exigências impostas pelos órgãos competentes;
- Restrição ao uso, relacionada a parcelamento de solo, preservação do patrimônio arqueológico, paleontológico e histórico, ou que o tomador não cumpre exigências estabelecidas pelo órgão competente; estar localizado em terras de ocupação indígena e quilombola e unidades de conservação, assim definidas pela autoridade competente;
- Restrição ao uso, relacionada à contaminação no imóvel obtido em garantia.

25 - BENEFÍCIOS A COLABORADORES**a) Programas de incentivo à educação e de participação nos resultados**

Para alcançar o objetivo de posicionar-se entre as melhores empresas do país para se trabalhar, o Banco investe na capacitação e no bem estar de seus funcionários, através de programas que envolvem estudantes do ensino superior e programas de MBA's e Pós Graduação, participa do programa Jovem Aprendiz do Governo Federal e dá andamento a programas próprios de estagiários.

O Banco adota Programa de Participação nos Resultados (PPR) para todos os funcionários. Este programa é elaborado em parceria com o Sindicato dos Bancários, e baseia-se em metas de desempenho avaliadas anualmente, utilizando critérios de acordo com o programa de Avaliação de Desempenho.

26 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Administração e gestão de recursos de terceiros**

O Banco Daycoval S.A. e a Daycoval Asset Management são responsáveis pela administração, gestão, controladoria e custódia de recursos de terceiros por meio de fundos de investimento, clubes de investimento e carteiras administradas cujos patrimônios líquidos, em 30 de junho de 2020, totalizavam R\$16,5 bilhões (R\$12,6 bilhões em 31 de dezembro de 2019).

b) Cobertura contra sinistros

O Banco e suas controladas, mesmo submetidos a reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

c) Relacionamento com auditores

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das Demonstrações Contábeis e auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2020, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente.

A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

d) Comitê de Auditoria

Em conformidade com a Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, e visando à adoção das Melhores Práticas de Mercado na condução de seus negócios, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2009, foi deliberada e aprovada a constituição do Comitê de Auditoria, composto por 3 membros independentes, nos termos da legislação em vigor. A constituição deste comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2009.

e) O Daycoval avalia que o cenário global foi marcado pelos desdobramentos iniciais da Pandemia do COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que acabou atingindo a maioria das economias mundiais de forma intensa. Os impactos finais desta pandemia ainda demandarão tempo para serem calculados, tendo em vista que a doença ainda não está sob controle, o que resulta em restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todo o mundo, desencadeando forte crise sobre diversos setores de negócio, gerando impactos econômicos relevantes, ordens de governos para que a população adote o isolamento social como forma de prevenção à propagação do vírus, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas.

No Brasil, além dos impactos gerados pelo COVID-19, as discussões sobre reformas estruturais importantes, tais como o controle de gastos públicos e mudanças tributárias, apresentam desaceleração em seu ritmo e, combinados com a situação de pandemia, resulta em uma deterioração dos principais indicadores econômicos, incluindo a taxa de câmbio que encerrou o semestre em patamar bastante superior ao observado no final de 2019 – R\$5,4760/US\$ versus R\$4,0307/US\$, além de projeções de retração do PIB brasileiro ao final de 2020.

Com o objetivo de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países adotando medidas de enfrentamento da Pandemia. No Brasil, diversas medidas foram adotadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como a redução de juros de 4,50% a.a. (dezembro/2019) para 2,25% a.a. (junho/2020), o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, em reuniões extraordinárias, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus.

A seguir relacionamos as principais medidas adotadas:

- Resolução nº 4.782/20 - facilita a renegociação de operações de créditos de pessoas físicas e jurídicas e dispensando os bancos de aumentarem o nível de provisionamento destas operações;
- Resolução nº 4.783/20 – diminui as exigências de capital mínimo para as instituições, reduzindo o percentual exigido de capital de conservação de 2,5% para 1,25%, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito das instituições;
- Resolução nº 4.795/20 - autoriza o Banco Central do Brasil a conceder operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG);
- Resolução nº 4.803/20- permitir a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 30 de setembro de 2020 para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.
- Resolução nº 4.820, que estabelece, por prazo determinado, vedações a remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, a recompra de ações e a redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional.
- Circular nº 4.030, altera a Circular nº 3.809/16, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que trata a Resolução nº 4.193/13.

Além das medidas tomadas para dar liquidez ao Sistema Financeiro Nacional, o Poder Executivo e Legislativo buscam aprovar projetos de Lei que minimizem a repercussão do Covid-19, propondo suspensão temporária de tributos (tais como a desoneração do IOF sobre operações de crédito e o diferimento do PIS/COFINS) e concedendo benefícios fiscais aos setores da economia e trabalhadores mais afetados.

É possível verificar que, mesmo com todas essas medidas adotadas ou em fase de discussão e/ou aprovação, as projeções indicam uma recessão em 2020 para o Brasil. Nossas operações, substancialmente, ocorrem no mercado doméstico e, conseqüentemente, nosso resultado é impactado significativamente pelas condições macroeconômicas locais.

Não é possível controlar ou prever se outras medidas ou políticas serão adotadas pelo governo e seus respectivos órgãos, em resposta à atual ou à futura situação econômica brasileira e, tampouco, como a intervenção ou políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por consequência nossas operações e receitas.

Estimamos que nossos ativos e passivos possam ser impactados em razão do Covid-19, mesmo que tenhamos adotado medidas econômicas, administrativas e operacionais para protegê-los, no entanto, até a data de aprovação destas demonstrações contábeis e, considerando o atual momento da crise provocada pelo vírus, ainda não foi possível mensurar tais impactos, além daqueles que já foram registrados em nossas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2020.

Relacionamos a seguir, os principais itens de nossas demonstrações contábeis com possível impacto:

- Instrumentos financeiros: o valor de mercado e, conseqüentemente, o de sua realização podem variar de forma significativa dada a volatilidade de preços destes ativos, principalmente aqueles emitidos por empresas privadas que incluem um maior risco de crédito;
- Operações de crédito: poderemos enfrentar aumento do nível de atraso no pagamento de empréstimos, contratados por pessoas físicas e jurídicas, uma vez que as condições econômicas se agravem. Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, considerando os dados disponíveis, complementamos nosso nível de provisionamento, conforme apresentado na Nota 9.d;
- Captações: como o cenário atual é de grande volatilidade e de níveis de incertezas nos mercados de crédito e de capitais, isso pode reduzir a liquidez de recursos disponíveis para investimentos, podendo resultar em aumento de nossos atuais custos de captação;
- Créditos tributários: sua realização dependerá de resultado futuro, que poderá ser afetado em função dos desdobramentos da pandemia caso se prolongue por um longo período;
- Provisões cíveis: o número de ações processuais pode aumentar e possivelmente podemos incorrer em um maior volume de processos, principalmente envolvendo revisões e renovações contratuais.

Nossas atividades estão com sua capacidade operacional preservada e, desde o início da Pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. Criamos um comitê de crise formado pelos Diretores Executivos, Recursos Humanos e Gestão de Riscos Operacionais, que reporta periodicamente ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores, as avaliações sobre a evolução do Covid-19 e seus reflexos nas operações.

Acionamos o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, desde a decretação do atual cenário de pandemia, intensificamos as ações internas e externas, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos desta pandemia sobre nossas operações e nossos colaboradores, destacando que os processos operacionais e os controles internos estão preservados e operando normalmente.

A seguir, listamos algumas destas medidas:

- Afastamento de funcionários do grupo de risco por tempo indeterminado;
- Intensificação do trabalho em home office, via acesso remoto por meio de fornecimento de computadores (laptops) para que parte relevante de nossos colaboradores execute suas rotinas trabalhando em casa;
- Protocolo de acompanhamento para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19;
- Comunicação intensiva junto às agências, clientes e colaboradores sobre as medidas de prevenção ao contágio pelo vírus; e
- Criação da campanha Conexão do Bem Daycoval, com o objetivo de combater a propagação do vírus e seus efeitos na saúde e na economia, a cada Real doado pelos colaboradores o Daycoval doa mais dois. Estes recursos foram utilizados para compra de máscaras de proteção produzidas por pequenas e médias empresas que estão convertendo suas atividades para a produção de tais itens. O total de 1 milhão de máscaras foi distribuído por esta campanha.

Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez para manter níveis de risco adequados e de acordo com os limites estabelecidos internamente e pelos reguladores, além de monitorar os cenários econômicos nacional e internacional, para manter a capacidade administrativa e operacional.

A mensuração dos impactos futuros relacionados à Pandemia sobre as condições econômicas continuará sendo apurada e monitorada pela Administração, muito embora, possuam elevado grau de incerteza.

Todas as projeções econômicas dependerão do desenvolvimento e controle desta Pandemia, tendo em vista que, sua duração ou agravamento não podem ser estimados com segurança, impactando de forma adversa as economias ao redor do mundo por tempo indeterminado, o que pode afetar negativamente o resultado e o desempenho das operações.

27 - EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Captação junto ao IFC

Em 30 de junho de 2020, o Daycoval captou junto ao International Finance Corporation - IFC, o montante de US\$100 milhões. A entrada efetiva destes recursos se deu em 08 de julho de 2020.

A Administração

Luiz Alexandre Cadorin
Contador
CRC 1SP243564/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) do Banco Daycoval S.A. (“Banco”) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração em conformidade com as normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e homologado pelo Banco Central do Brasil, sendo composto por três membros independentes, tendo dentre suas atribuições, o assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e acompanhamento do cumprimento das exigências legais e regulamentares.

No âmbito de suas atividades, o Comitê: (i) se reuniu com os Auditores Independentes responsáveis pelo exame destas demonstrações financeiras e pela emissão de relatório sobre sua adequação em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e do Plano Contábil das Instituições Financeiras, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis; (ii) acompanhou o planejamento e o cronograma dos trabalhos, dos Auditores Internos e revisou os apontamentos e as conclusões dos trabalhos realizados no período, bem como o *follow-up* dos apontamentos; (iii) avaliou os trabalhos desenvolvidos pela área de Gestão de Riscos, Controles e Compliance para o aprimoramento dos principais sistemas e dos relatórios existentes para a gestão dos riscos e apoio à governança; (iiii) abordou com a Administração do Banco temas relacionados às atividades, à gestão interna, ao aprimoramento do gerenciamento de riscos e de governança e eventuais apontamentos levantados pelos órgãos reguladores.

Com base nos relatórios apresentados pelos Auditores Independentes, no acompanhamento da execução dos trabalhos da Auditoria Interna, nas atividades executadas pelas áreas responsáveis pela gestão de Riscos, Controles e Compliance e pelas informações recebidas da Administração do Banco e, consideradas as limitações naturais decorrentes do escopo de atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 05 de agosto de 2020.

O Comitê de Auditoria

Marcelo Cardinal Palumbo – Coordenador do Comitê de Auditoria
José Ferreira da Silva - Membro do Comitê de Auditoria
Ricardo Fraccaroli de Almeida - Membro do Comitê de Auditoria

Banco Daycoval S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Daycoval S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), identificadas como Banco e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Daycoval S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito do segmento empresas

As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve modelos internos na determinação do "rating" do tomador do crédito que levam em consideração dados econômico-financeiros, de mercado e cadastrais, garantias vinculadas, nível de inadimplência, entre outros. O "rating" do tomador do crédito também é revisado pela Administração do Banco quando há alteração da situação econômico-financeira de uma determinada empresa ou de um determinado setor de atividade econômica. Pelo fato de essa revisão envolver alto nível de julgamento na estimativa de perda por parte da Administração, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do modelo interno utilizado na determinação do "rating"; (ii) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco; (iii) leitura da política de provisionamento do Banco; (iv) testes do desenho, implementação e efetividade dos controles internos; (v) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do "rating" de crédito; e (vi) recálculo, com base em amostra, dos valores provisionados.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios adotados pela Administração do Banco e a política para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de agosto de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4